



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   11   2015	15h25min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 100ª  
(CENTÉSIMA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DISCUTIR A  
SITUAÇÃO DOS APROVADOS NO  
CONCURSO DO METRÔ/DF.  
DE 5 DE NOVEMBRO DE 2015.**

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Prof. Reginaldo Veras a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – O Expediente lido vai à publicação.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 1.067, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras e da Deputada Celina Leão, a sessão ordinária de hoje, 5 de novembro de 2015, quinta-feira, fica transformada em Comissão Geral para discutir a situação dos aprovados no concurso do Metrô do Distrito Federal.

(A sessão transforma-se em Comissão Geral.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   11   2015	15h25min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Convido o nobre Deputado Prof. Reginaldo Veras para presidir os trabalhos da Comissão Geral.

Convido as Sras. e os Srs. Deputados, bem como todos os convidados, a participarem da comissão no plenário desta Casa.

Declaro suspensão a presente comissão.

(Suspensa às 15h34min, a Comissão Geral é reaberta às 15h45min.)

(Assume a Presidência o Deputado Prof. Reginaldo Veras.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Está reaberta a reunião.

Recomeço a nossa comissão geral para tratar da questão dos aprovados do Metrô e já convido para tomar assento à Mesa – estamos aguardando a chegada da Deputada Celina Leão. Já, já, ela estará conosco – o Secretário de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal, Sr. Alexandre Ribeiro Lopes; a Sra. Viviane de Paiva Aguiar, representando o SINDMETRÔ-DF; o advogado da Comissão de Aprovados, Dr. Estevão Gandi, e o Sr. Eguiberto Lima, representando a Comissão de Aprovados. (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Boa tarde a todos. Sob a proteção de Deus, reiniciamos os trabalhos e já dou as boas-vindas a todos.

Senhoras e senhores, todos nós sabemos da grave crise econômica por que passa o Distrito Federal e o próprio País, mas a aprovação em um concurso público é uma caminhada árdua, em que as pessoas abrem mão do tempo, do lazer, da família, muitas vezes, com o sonho de entrar no serviço público. Temos aqui centenas de pessoas que passaram no concurso do Metrô, cujo sonho foi, pelo menos temporariamente, podado.

Recentemente, a Companhia do Metrô abriu um processo licitatório para contratar uma empresa, para prestar serviço terceirizado, sendo que temos aprovados para exercerem a mesma função.

Segundo cálculos da Comissão de Aprovados, o impacto financeiro da contratação dos terceirizados é até maior do que o do próprio concursado, o que é uma questão inadmissível em momentos de contenção fiscal, em momentos de crise.

Estamos aqui para debater, para tentar achar um caminho, para buscar soluções, algum encaminhamento, a fim de sanar esse problema. Para tanto, inicio passando a palavra para o Eguiberto Lima, que representa a Comissão de Aprovados.

Registro a presença da nossa Presidente, Deputada Celina Leão, a quem passo a Presidência por uma questão de hierarquia.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   11   2015	15h25min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Assumo a Presidência, mas já vou devolvê-la, porque a gente faz muitas coisas em parceria. O Deputado Prof. Reginaldo Veras, além de um excelente Parlamentar, é um amigo querido do nosso partido, um correligionário do PDT.

Aproveito a oportunidade para registrar a presença do Deputado Roosevelt Vilela, que também já está participando desta audiência pública. Desejo que todos sejam muito bem-vindos à Câmara Legislativa. Registro também a presença do Deputado Chico Vigilante e do Deputado Agaciel Maia. Vou devolver a Presidência.

(Assume a Presidência o Deputado Prof. Reginaldo Veras.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Obrigado, Deputada. Eguiberto, com a palavra, meu querido.

SR. EGUIBERTO LIMA – Agradeço muito à Presidência, ao Deputado Prof. Reginaldo Veras, aos Parlamentares aqui e a esta Casa, que nos acolheu tão prontamente. Quero, antes de entrar no assunto em si, falar sobre a nossa entrada nesta Casa.

Muitas vezes, temos um preconceito formado – eu era um desses –, de que não teremos apoio. É totalmente nítido que isso está derrubado por terra. Esta Casa tem nos apoiado incondicionalmente. Aos Parlamentares aqui, fica o meu muito obrigado e o agradecimento de todos os aprovados no Metrô.

Muito se tem falado a respeito de nós, os concursados do Metrô, e por isso hoje, Sr. Presidente, precisamos colocar alguns pingos nos “is”. Precisamos consertar algumas falácias, precisamos colocar questões corretamente e não fazer de outra forma que deixa a sociedade contra o Metrô ou contra a nossa classe.

Eu gostaria de esclarecer, de uma vez por todas, para centenas de milhares de usuários do sistema metroviário da capital, que o metrô, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é uma tragédia anunciada. O metrô hoje, vou repetir, é uma tragédia anunciada. Hoje o profissional qualificado para levar segurança ao usuário são os agentes de segurança metroviários. São os profissionais qualificados. O grande problema é que, em todo o sistema, que possui 24 estações, existem apenas cerca de 98 agentes de segurança metroviários, efetivos, em operação, para cobrir todas as 24 estações em três turnos de trabalho. Levando em consideração que os agentes precisam trabalhar em dupla e não podem trabalhar sozinhos, mesmo que todos trabalhassem sem escala, não seria suficiente esse número para cobrir sequer cinco estações.

Os agentes de segurança metroviários são os únicos qualificados para levar segurança efetiva aos usuários do sistema, pois exercem as atribuições de brigadista, de socorrista. Exercem o poder de polícia dentro das instalações do metrô reprimindo e prevenindo crimes e contravenções, além da fiscalização. Em contrapartida, existem cerca de trezentos seguranças patrimoniais que têm uma função também



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   11   2015	15h25min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

específica: velar o patrimônio da empresa. Então temos cerca de 98 seguranças para cuidar de cerca de 180 mil usuários e temos cerca de 300 vigilantes patrimoniais com as suas funções específicas para cuidar do patrimônio da empresa. Então, o resultado desse cálculo – 300 e 98 – é bem claro: chama-se tragédia anunciada.

A quem isso interessa eu acho que deve ser o tema principal da nossa discussão hoje. Porque ao usuário não interessa, Sr. Presidente. Aos concursados, que dedicaram parte da sua vida para estudar, para passar em testes escritos, em psicotécnicos, em testes físicos, também não interessa. Inclusive ao erário público, isso também não interessa, porque, enquanto o nome “tragédia anunciada” está na porta de cada estação do metrô hoje, nós, os aprovados para o cargo de agentes de segurança metroviários, que somos 246, já poderíamos estar desempenhando nossas funções dentro do sistema e levando segurança efetiva às centenas de milhares de vidas que circulam diariamente pelo transporte público metrô hoje.

Então, hoje existem 246 agentes de segurança aptos a exercer tal função e levar segurança ao sistema metroviário, mas parece que o GDF está esperando uma tragédia ocorrer para olhar para essa questão.

Não sei se os senhores sabem que cada composição chamada trem carrega cerca de 1.200 usuários. Quando acontecem aqueles problemas que todos podemos ver na televisão, em que o sistema para no meio do trilho, as pessoas se desesperam porque não existe ar dentro do trem, quebram os vidros, pulam nos trilhos, com certeza, desconhecem o grande risco que correm, porque, fazendo isso, estão colocando as próprias vidas em risco. Para se ter uma ideia, o próprio Corpo de Bombeiros, para que seja efetivada ação nos trilhos, no sistema que faz com que a composição se mova, precisa ser guiado pelos agentes de segurança metroviários, porque eles são os agentes capacitados, conhecedores do sistema, para que não haja risco nem para os bombeiros nem para a população. Será que vamos precisar ter famílias desfeitas, tragédias ocorridas para que o GDF dê grande importância a essa questão? Será que vamos precisar disso?

Dizem: “Ah, mas tem a LRF”. Hoje toda desculpa do GDF é a LRF, a LRF se tornou desculpa para tudo. Olha, se você não tiver troco na padaria, fale para a menina que a culpa é da LRF, que depois você leva o trocado lá. É assim que está funcionando no GDF, não é diferente! Pois bem, para nós, agentes de segurança metroviários, isso é uma falácia, porque o Ministério Público do Trabalho entrou com uma ação civil pública em que concorda que o metrô precisa de segurança, que, assim como há trezentos seguranças patrimoniais para velar o seu patrimônio, a população também precisa de nós, agentes de segurança, para velar por sua vida dentro do sistema. O Ministério Público moveu uma ação civil pública, e o Ministério Público do Trabalho, a juíza Thais Bernardes concedeu uma liminar favorável à convocação/contratação de todos os agentes de segurança metroviários aprovados hoje, e digo todos porque ela determinou que tantos quantos fossem os agentes



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   11   2015	15h25min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

patrimoniais fosse o número de chamados efetivos, convocados, pelo Metrô, entendendo a gravidade do assunto.

Só que o GDF entrou com agravo. Em vez de o GDF levantar as mãos para o céu e falar: "Graças a Deus, existe agora uma excepcionalidade para que possamos chamar a segurança do Metrô e assim proporcionar conforto e segurança ao usuário, graças a Deus". Em vez de o GDF levantar as mãos para o céu, ele recorre, ele agrava! A quem interessa esse tipo de situação? Eu não consigo compreender. Tudo bem, ele agravou, pediu a suspensão da liminar... O desembargador, não estou com o nome dele aqui, não concedeu a suspensão da liminar, mas concedeu 60 dias de prazo para que o GDF se adequasse e convocasse/contratasse os agentes de segurança metroviário. Tempo mais do que suficiente para o GDF também refletir e nos contratar – nós, agentes. Mas não satisfeito, como se um jato, isso chegou ao TST. Creio que, por não ter tido tempo de analisar todos os autos, o Presidente do TST, em decisão monocrática, suspendeu a liminar que concedia a nossa contratação. Isso bem rápido.

A lei é clara em relação a essa questão de terceirizados, concursados, e eu não vou entrar nesse mérito porque o prezado Dr. Estevão Gandi está aqui para nos esclarecer sobre isso quando ele estiver com a palavra.

Para terminar, Sr. Presidente, e não estender muito, eu quero dizer que fiquei surpreso. O senhor Marcelo Dourado, Presidente do Metrô, foi convidado para estar aqui. Não se dignou a vir! Eu gostaria muito de olhar para ele, de falar com ele. Acho que todos aqui gostariam. Não se dignou a vir! Em entrevista esta semana à *Band News*, o Presidente do Metrô, senhor Marcelo Dourado, disse que não iria permitir que o Metrô funcionasse com os 30%, que é o que a lei da questão de greve coloca, tem que funcionar com pelo menos 30%. Ele disse que não iria permitir que o sistema funcionasse com 30%, porque ele não seria – nas palavras dele – leviano em abrir desse jeito por motivos de segurança. Isso é motivo de riso! Eu gostaria de dizer apenas... Não vou usar a palavra leviana, mas a palavra imprudência, que é o seu sinônimo. Eu gostaria de dizer apenas que imprudência é não contratar os agentes de segurança metroviários, para que o Metrô tenha segurança.

Eu gostaria de colocar que imprudência é quando um capitão reformado da PM rola as escadarias do Metrô e, por não ter sequer um agente capacitado para lhe prestar os primeiros socorros, ele aguarda o Samu aparecer durante 15 minutos. Cada um minuto que se passa, a pessoa perde 10% da possibilidade de vida. Então, a questão do tempo é primordial. Mas não havia sequer um! E o capitão veio a falecer. Foi problema do Samu? Não! O Samu chegou. Com o trânsito complicado, ele chegou no tempo mais rápido possível. Mas, se houvesse agentes de segurança metroviários, capacitados que são e que seremos ao entrar, com cursos com o Samu, cursos com o bombeiro, curso com a Polícia Militar, seriam prestados ali os primeiros socorros e, quem sabe, essa vida seria poupada.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   11   2015	15h25min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Imprudência é quando um jovem, alguns dias atrás – não sei se já completou um mês –, andou centenas de metros pelos trilhos. Ele andou pelos trilhos! Ele subiu nas estações, desceu nas estações. Ele andou por três estações e centenas de metros de trilhos. A imprudência está quando não há um agente de segurança metroviário capacitado para ver que há um usuário ali que vai cometer um suicídio e tirá-lo da via antes que a tragédia ocorra. Talvez, essa vida também pudesse ser poupada.

Imprudência é deixar os poucos agentes que lá estão, cerca de 98, trabalharem e adoecerem de tanto trabalhar, por terem que trabalhar muito mais do que deviam. Imprudência é deixar as cancelas abertas porque também existem aprovados, OTMs, agentes de estação, que seriam para trabalhar na bilheteria e em outras funções. Imprudência é não contratar também esses servidores, porque se deixa perder receita, mas não chamam concursado.

Imprudência é ignorar o esforço... Eu gostaria de muita atenção para o que eu vou falar agora. Imprudência é ignorar o grande esforço feito ontem pelo Desembargador Pedro Foltran, que estava totalmente disposto a colocar fim à greve dos metroviários para que houvesse uma conciliação. Imprudência foi o GDF e o Metrô não levarem sequer algo que pudesse resolver a situação. Imprudência foi não se dignar a resolver o problema, tendo o desembargador durante quase três horas para conciliar e não haver problemas à população. Isso é imprudência.

Sem segurança, sem a nossa contratação, não há que se falar em imprudência ou em respeito às leis criadas para proteger os cidadãos desta Capital.

Eu agradeço muito, Sr. Presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Convido, para fazer uso da palavra, a Sra. Viviane de Paiva Aguiar, representando o SindMetrô – DF.

SRA. VIVIANE DE PAIVA AGUIAR – Boa tarde a todos. Eu gostaria de agradecer esta Casa, que tem nos recebido constantemente. Nós temos vindo com comissão, temos vindo com esses aprovados aguerridos, e vocês têm nos recepcionado muito bem, têm nos atendido e nos ouvido, entendendo os perigos que estão acontecendo no metrô. Eu gostaria muito de agradecer e de lamentar porque o nosso presidente não veio. Eu achei uma total falta de respeito com os aprovados, com os Srs. Deputados que aqui estão, com esta Casa e com os metroviários, que estão todos engajados nessa mesma luta.

(Intervenção fora do microfone.)

SRA. VIVIANE DE PAIVA AGUIAR – Mas a gente sempre tem fé que ele vai ter bom senso.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Viviane, preciso te interromper para lembrar que a nossa assessoria ligou para o Presidente Marcelo Dourado e disse que, de fato, ele havia confirmado. Nós temos aqui um documento



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   11   2015	15h25min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

de confirmação da sua presença. A informação que nos chegou agora é que, em virtude da greve, ele está em reuniões e não pôde comparecer. É essa a justificativa oficial.

Por favor, Viviane.

SRA. VIVIANE DE PAIVA AGUIAR – Pois bem. A situação no metrô é crítica, caótica, e a tragédia não é tão anunciada, a tragédia está acontecendo todos os dias na nossa casa. Embora não seja publicitado... Existe uma certa lei dentro do metrô que ninguém morre no metrô, ao menos que esteja em pedaços. Tirando essa regra, a gente leva as pessoas mortas para o hospital e elas são dadas como mortas lá. Pessoas morrem no metrô, e morrem muitas, por falta de atendimento, por falta de funcionário. Não porque o profissional não é capacitado e não se empenhe ao máximo para salvar aquela vida, mas porque esse profissional não está lá, não existe esse profissional.

Temos diversas situações alarmantes. Há falta de empregados em todas as áreas, o que tem gerado diversos problemas. O Metrô criou uma sistemática de criar mais irregularidades, não cumprir a legislação, para meio que burlar, maquiar esses furos que estamos tendo. Cria-se novas atribuições para funcionários que não têm, que são de outra área, para poder facilitar a arrecadação, porque no Metrô hoje se prioriza a arrecadação em vez da vida do nosso usuário. O Metrô foi criado para fazer transporte com segurança, rápido e para o usuário se sentir bem. Esta Casa regulamentou a Lei nº 6.149 – entrando pelo 71, que agora faz parte da Lei Orgânica do Distrito Federal –, que regulamenta a nossa profissão. E o Metrô descumpra isso. A Lei nº 6.149 estabelece que o corpo de segurança tem que ser próprio, e o que a gente vê diariamente são vigilantes tentando executar as nossas atribuições. Hoje se alguém cai, desmaia do lado de um vigilante, o máximo que esse vigilante pode fazer é acionar alguém para atender porque eles nada podem fazer, eles têm obrigação exclusiva de cuidar do patrimônio, que também é uma atribuição do corpo de segurança.

Eles são colocados para cumprir abertura de cancela, ou seja, estão sobrecarregando os agentes de estação, que são colocados para vender bilhetes, enquanto esses vigilantes ficam fiscalizando a entrada dos usuários, o que não é permitido, não é uma atribuição deles, é uma atribuição fim e exclusiva do pessoal da estação. Esse tipo de situação só se resolve com contratação, e a gente vê diversas formas que o Metrô e o GDF têm usado para burlar e para jogar isso para a frente ao máximo ou não fazer. Esse novo contrato de vigilância é um absurdo e um tapa na cara dos metroviários e dos aprovados. A gente tem um contrato hoje vigente, que já não é mais vigente, no valor de 24 milhões, para 300 vigilantes. Eles querem aumentar para 320 e colocar 35 milhões. Aumenta muito, enquanto existem os aprovados que vão custar muito menos que isso. Isso chamando todos os aprovados da área de segurança, que ainda não dá o número de 300, e ainda assim



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   11   2015	15h25min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

não cobra o percentual que o metrô hoje precisa de agentes de segurança. Assim como em todas as áreas.

Existem hoje psicólogos, advogados que são comissionados, ganhando absurdos salários para executar uma função que é exclusiva de pessoa concursada, e existem aprovados esperando. É absurdo tudo o que a gente tem passado. O Metrô finaliza todos os dias com mais contratos terceirizados em função de tirar as atribuições que são exclusivas dos concursados. Essas pessoas normalmente não têm compromisso. Quem tem compromisso com a vida do usuário são os metroviários que lá estão. O metrô é um dos lugares onde o usuário e a população do DF é mais bem tratada, esses servidores carregam o metrô nas costas com muita honra, com muita garra, mesmo com todas as dificuldades que têm todos os dias. E ainda assim tratamos bem nossos usuários e sofremos quando um deles morre, quando um deles cai, quando um deles fica sem socorro porque não conseguimos chegar, porque não estávamos lá. Faltam funcionários, e a gente analisa tantas outras coisas...

A preterição dos aprovados dói em todos nós, e o pior de tudo isso é que, apesar de a nossa presidente bater no peito e falar para arrumar uma excepcionalidade que ela vai cumprir, nós sabemos e tememos que isso não seja cumprido, mesmo com a decisão do TST que será julgada agora na semana que vem sobre a suspensão, porque hoje estamos em greve. Existe uma determinação, uma decisão judicial que determina o percentual de funcionários que têm que trabalhar, e o nosso presidente vai para a mídia falar que ele não vai cumprir e não tem cumprido; então, assim, a legalidade não é uma coisa muito cumprida lá, e não é muito observada. Decisão judicial tem exceções, então são cumpridas de acordo com o que ele julga ser necessário, e a gente apela para esta Casa para que fiscalize porque decisão judicial tem que ser cumprida, ninguém está à margem da lei e nem acima dela.

Eu gostaria de agradecer a palavra e pedir que continuem conosco, que comprem a nossa briga porque essas pessoas aqui são pais e mães de família que são chamadas à Casa, são recebidos, são ludibriados falando que vão entrar. A gente precisa, a necessidade é devida, todo mundo aqui reconhece. Nossos metroviários estão adoecendo. A saúde ocupacional está completamente comprometida. O índice de absenteísmo por motivo de saúde tem aumentado muito. A gente pede para que esta Casa faça cumprir a legalidade, o princípio da economicidade e nos apoie nesta luta.

Obrigada.(Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra ao Dr. Estevão Gandi, advogado da Comissão de Aprovados.

SR. ESTEVÃO GANDI – Boa tarde a todos. Exmo. Sr. Presidente desta Comissão, Exma. Presidente desta Casa, todos ouvintes aqui presentes, a minha



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   11   2015	15h25min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

análise é bem simples. É uma análise jurídica. Então, eu não vou entrar no mérito se é ou se não é devido, se é injusto ou se não é. Eu vou fazer a análise jurídica da situação para passar até mesmo para aqueles que não estão sabendo se existe ou se não existe direito.

Existem aprovados no concurso e alguns foram aprovados dentro de um número de vagas e outros dentro de um cadastro reserva ou dentro de um cadastro que o próprio edital previu, estabeleceu. Então, hoje são duzentos e poucos candidatos aprovados.

Senhores, o fato é que hoje o entendimento legal e o entendimento jurisprudencial descambam para um sentido único. O primeiro é: só tem direito de ser contratado quem for aprovado dentro do número de vagas. O restante só tem uma mera expectativa de direito de ser contratado. Só que essa expectativa de direito se converte automaticamente em direito em algumas situações. Uma delas é: quando existe terceirizado ocupando o cargo para o qual vocês foram aprovados. O caso do Metrô especificamente é justamente esse. Os candidatos, a grande maioria aqui, tem uma mera expectativa de serem contratados, mas essa expectativa passou a ser um direito de ser contratado por conta dos terceirizados existentes.

E quanto a terceirização, ela é legal ou ilegal? A terceirização passa a ser ilegal, ilícita, a partir do momento em que existem candidatos aprovados num concurso. E automaticamente a gente tem um desenrolar que viola o princípio da moralidade, convertendo-se, até mesmo, numa ação civil pública. Até então, foi muita informação. O que eu quero que todos saibam é: mera expectativa de direito pode se converter em direito subjetivo à contratação se existirem terceirizados, se existirem temporários ocupando a vaga de vocês.

O fato é que o Ministério Público já se adiantou, moveu uma ação civil pública e conseguiu uma liminar para que os senhores fossem contratados dentro de um prazo de 10 dias. Para essa decisão houve um mandado de segurança. A esse mandado de segurança houve uma decisão mantida nesses termos. A única diferença foi que o prazo de 10 dias foi alongado para 60 dias. Ou seja, o TRT daqui, o TRT da 10ª Região, estabeleceu que é dever do Metrô e é obrigação do Metrô contratá-los num prazo de 60 dias. Só que contra essa decisão veio o primeiro recurso. Até então não teve nenhum recurso. O primeiro recurso está no Tribunal Superior do Trabalho e vai ser julgado por um colegiado, dia 9, segunda-feira.

Senhores, o que eu quero deixar bem claro é que a jurisprudência uniforme de todo o País, e eu não estou dizendo só de um único tribunal, eu estou dizendo do Tribunal Regional de Trabalho de 24 regiões, estou dizendo do Tribunal Superior do Trabalho, do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça; todos eles são partidários em dizer que é um direito do candidato ser nomeado quando eles preferem contratar terceirizados.

Se isso aqui influencia, influencia muito, porque se a decisão do Tribunal



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   11   2015	15h25min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Superior do Trabalho for divergente disso ela vai trazer uma revolução até mesmo internamente. Coisa que eu não acredito que venha a acontecer. Todas as turmas são favoráveis.

O Pleno provavelmente não vai se distanciar disso, principalmente porque não é uma única pessoa que vai julgar. O que eu quero dizer é que nós não temos certeza do que vai vir, mas acreditamos que há grande chance de eles seguirem os posicionamentos que até então estão sendo adotados, e isso não vai prejudicar os senhores futuramente.

Mas há uma questão agravante. Quando a liminar que determinou a contratação dos senhores foi cassada pelo Tribunal Superior do Trabalho, ele disse que essa contratação só pode se dar quando houver o trânsito em julgado do processo. Isso significa dizer que enquanto existirem possibilidades de recursos, não pode haver contratação. Isso pode mudar? Pode. Isso pode mudar na segunda-feira com o julgamento desse agravo que está pendente no Tribunal Superior do Trabalho.

Então, de forma geral, para chegar à conclusão, eu quero abordar três pontos, fazendo um resumo. Passou a ser um direito subjetivo de todos os senhores serem contratados por conta dos terceirizados. Isso traz um certo alívio. O segundo ponto é que existe um posicionamento uniforme da nossa jurisprudência, de todos os tribunais sem exceção, dizendo que é um direito de todos os senhores. Se os senhores quiserem, eu posso disponibilizar mais de trinta decisões nesse sentido, inclusive dos últimos três meses, para mostrar como é atual. O terceiro ponto é que a terceirização, nessa sistemática em que se deu no Metrô, é juridicamente ilícita. Sendo ilícita, viola alguns princípios, como o da legalidade e o da moralidade, o que pode culminar em responsabilidade dos administradores que simplesmente implementaram esse sistema para colocar os terceirizados no seu devido local. Tudo certo?

Eu quero deixar meu agradecimento ao Deputado, pela oportunidade de tentar esclarecer. Espero ter contribuído de uma forma ou de outra. Caso necessitem, estamos à disposição. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Agradeço, contribuiu bastante. Como grande advogado e grande professor, foi extremamente didático. Obrigado, Estevão.

Nós temos alguns inscritos da plateia para falar. O Secretário pediu para ouvir todos, e só depois ele se manifestaria. Os integrantes da Mesa já fizeram uso da palavra, falta o Alexandre.

Deputado Agaciel Maia, V.Exa. quer falar agora? Prefere ouvir o governo. Faltam quatro da plateia e, para eles, regimentalmente são três minutos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   11   2015	15h25min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Convido para fazer uso da palavra o Dr. Kelbe Silva Ribeiro, que representa a comissão dos aprovados e irá passar os dados técnicos da relação entre aprovados e terceirizados.

SR. KELBE SILVA RIBEIRO – Sr. Presidente, representantes do sindicato dos metroviários, colegas aprovados no certame, Eguiberto, representante da comissão, eu os saúdo com meus cumprimentos.

Sr. Presidente, prometo ser bem breve. O que estou trazendo são dados técnicos, dados bem precisos acerca dessa referida contratação e o que o Estado deixa de ganhar ao fazê-las. Francamente, eu esperava chegar aqui e encontrar o Presidente Marcelo Dourado. Para mim não é estranho o Presidente Marcelo Dourado fugir de compromissos, porque é uma prática reiterada, e a gente sabe disso. Quando o trem aperta, ele foge pela tangente, mas isso é subsidiário.

O Contrato nº 005, de 2010 – Processo nº 097001323, de 2009 –, realizado com a Servi – Segurança e Vigilância de Instalações Ltda., por sinal é um contrato completamente irregular, um contrato ilícito, tendo em vista que a segurança metroviária não se terceiriza porque existe vedação legal. A Lei nº 6.149, de 1974, que regulamenta o transporte de tráfego, é expressa em dizer que a segurança da Companhia do Metropolitano deverá ser feita por corpo próprio. Ou seja, por si só, já está completamente vedado qualquer tipo de terceirização ao corpo de segurança.

Quando foi indagado o nosso presidente da Companhia do Metropolitano, ele usa e abusa em se utilizar de falácias: “Aquela vigilância se restringe à vigilância patrimonial. Vocês não são do patrimonial, vocês são do pessoal”. Mentira! A lei nos dá prerrogativa de fazer segurança patrimonial, senhores. É mais uma falácia que cai por terra. Não sustentando a primeira falácia, entra numa segunda ao dizer que eles possuem armamento. Tudo bem, mas a própria lei mais uma vez o contradiz. Não é preciso que nenhum de nós levemos essa contradição a ele. Basta somente abrir o diploma legal e verificar que o corpo de segurança trabalhará em conjunto com as demais forças de segurança, como Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Polícia Civil. Por isso, por si só, afasta a necessidade de uso de armas de fogo dentro de uma estação da Companhia do Metropolitano.

Senhores, imaginem a quantidade de pessoas que andam no horário de pico dentro de uma estação, dentro da companhia. Imaginem um disparo de arma de fogo dentro da estação da Companhia do Metropolitano, que tragédia! A lei foi feita nesse sentido, o legislador pensou exclusivamente nessa questão. Não é cabível. O preparo do profissional de segurança metroviário é o preparo técnico, é o preparo com técnicas de imobilização. Eles são preparados para imobilizar quem quer que seja que ameace a segurança e a integridade dos usuários e empregados. Eu queria dizer isso ao presidente, até então todas as falácias dele caíram por terra.

Com relação aos gastos, esse último contrato foi realizado na ordem de R\$22.837.000,00 (vinte e dois milhões, oitocentos e trinta e sete mil reais), enquanto



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   11   2015	15h25min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

a nossa contratação, se colocarmos na ponta da caneta, teremos menos de 12 milhões anuais. Contra fatos não existem argumentos, senhores. Podem até tentar, mas vai ser difícil.

Partindo para a conclusão, Sr. Presidente – desculpem se eu tomo muito o tempo dos senhores, mas as informações são muito relevantes –, há pouco tempo lançou-se um pregão eletrônico para contratação de 320 vigilantes. Hoje são 300 vigilantes. A contratação seria de 320, ou seja, 160 postos com dois vigilantes. O valor desse contrato – pasmem, senhores – seria de 35 milhões, para contratação de mais 20 seguranças. Só eu fico indignado com essa situação? Estão lesando o Estado. Quando essa informação chegou à mídia, por motivo desconhecido, o pregão foi cancelado. Pelo amor de Deus, senhores! O Ministério Público precisa observar essa situação. A gente precisa do apoio de vocês. É uma força maior do que a nossa. A nossa força é administrativa.

Para concluir, ao colocar na ponta da caneta, a contratação desses vigilantes representa 442% a mais do que a contratação de concursados, de pessoas que fizeram jus a estar lá, de acordo com o art. 37 da Constituição Federal. Quem tem que prestar serviço público é aprovado em concurso público. Vamos respeitar o princípio da meritocracia.

Presidente, eu concluo dizendo que, pouco antes deste julgamento no TST – que violou, inclusive, o entendimento do próprio TST, pois este vinha entendendo que, se existe terceirizado e existe aprovado, o direito cabia ao aprovado em concurso público –, três dias antes desse julgamento, houve algumas visitas ao Presidente Levenhagen, e o TST acabou indo na contramão daquilo que entendia e decidiu dizer que a LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal – vedava isso.

Uma decisão judicial para contratação é exceção. Então, por uma decisão judicial cabe a contratação. O Metrô tinha a oportunidade de fazer essas contratações. Teve essa excepcionalidade. Contudo, em vez de resolver a questão de segurança, resolveu fazer o que fez.

Presidente, muito obrigado. Muito obrigado, senhores ocupantes da Mesa. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Quero registrar aqui a presença do Deputado Wellington Luiz. Já passaram por aqui outros Deputados. Daqui a pouco, o Deputado Agaciel Maia e o Deputado Roosevelt Vilela farão uso da palavra. Deputado Wellington Luiz vai querer fazer uso da palavra também, mas primeiro vai ouvir.

Só quero registrar, em relação a essa última tentativa de contratação de vigilantes, que eu fui ao Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, até pedi informações. Fui fazer uma visita de cortesia, mas também pedi informações, e ele até orientou que eu fizesse uma representação junto ao Tribunal de Contas, mas não houve a necessidade disso porque, logo no dia seguinte, o processo de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   11   2015	15h25min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

contratação foi suspenso, como disse aqui o nobre advogado. Mas vamos ficar de olho nessa questão.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PSB. Sem revisão do orador.) – Eu queria pedir para falar agora porque eu vou ter que dar uma saída.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – V.Exa. tem prerrogativa aqui, meu querido. Fique à vontade. V.Exa. quer falar daí ou quer fazer uso da tribuna?

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA – Daqui.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Então, fique à vontade.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA – Cumprimento os integrantes da Mesa: nosso Deputado Prof. Reginaldo Veras, que está presidindo; nosso Secretário de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal, Sr. Alexandre Ribeiro Lopes; Sra. Viviane, representando o SindMetrô; o advogado da comissão dos aprovados, Sr. Estevão Gandi; o representante da comissão de aprovados, Sr. Eguiberto Lima; demais Deputados que estão presentes; e aprovados. Boa tarde a todos.

Eguiberto, quero parabenizá-lo por suas palavras. Você falou muito bem. Você conseguiu englobar toda a dinâmica da situação. Eu sou membro da segurança pública. Sou bombeiro aposentado. Fui bombeiro por 21 anos e, realmente, à medida que a sociedade evolui, as atividades se especializam.

Por mais que o bombeiro, o policial militar e próprio vigilante se esforcem, eles nunca vão ter a capacidade de concorrer com um agente de segurança metroviário – esse é o termo da carreira de vocês, não é? Eu acho que o Estado tem que dar a maior atenção possível para essa questão. Acho que a segurança é uma tônica que a gente deve sempre estar discutindo.

O sistema metroviário faz parte, hoje, totalmente, da rotina do Distrito Federal. O sistema emplacou realmente. Eu não tenho os números aqui, mas, com certeza, transporta milhares de pessoas todos os dias. E as pessoas estão sujeitas às mais diversas situações, a um mal súbito. Eu acredito que a profissão de vocês também vai englobar os primeiros socorros. Não é? Não se restringe à questão da segurança. Esses usuários estão sujeitos a um leque de situações, a um mal súbito, a uma queda – como você reportou a questão do capitão da Polícia Militar – e também às situações de violência a que nós usuários estamos sujeitos, como um furto dentro do sistema.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   11   2015	15h25min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

Então, eu acho que o Estado tem que dar prioridade a esta questão. Vocês contem com o meu apoio, embora nós estejamos vivendo uma situação muito complicada. Eu não sei, talvez, o Secretário vá falar sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. Nós temos alguns impedimentos. A Lei de Responsabilidade Fiscal abre alguns leques, um deles é a questão da contratação para a segurança. Não sei se os agentes de segurança se incluem nessa brecha, mas eu acho que deveriam ser incluídos, porém, no que depender de nós, contem com o nosso apoio.

Eu queria chamar a atenção de vocês. Eu ouvi algumas falas um pouco mais aquecidas, inclusive, com relação ao Presidente do Metrô, Marcelo Dourado. Eu acho que não é por aí que vamos conseguir atingir o nosso objetivo, muito pelo contrário, é na outra vertente, é na vertente de demonstrar – como o Egberto falou muito bem ali –, sensibilizar. A Viviane demonstrou.

Nós temos que verificar esses números, porque acho que esse é um argumento muito forte, Viviane. Ela disse que o que é gasto hoje com os vigilantes, de repente, daria para fazer a contratação dos aprovados. Temos que ir nesta linha: sensibilizar o presidente, ir ao governador. Eu me comprometo a levar essa questão. Eu não sei se vocês já levaram essa questão diretamente ao Governador, mas eu me comprometo a fazer isso também.

O Deputado Prof. Reginaldo Veras antes de ser Deputado era professor, antes não, ainda é professor, então, conviveu muito com concurseiros. Agora, vocês não são mais concurseiros, são aprovados. Tenho certeza de que ele é sensível a essa questão. Então, contem comigo.

No entanto, eu peço encarecidamente que usemos a melhor estratégia. Nós temos visto aí – vocês devem estar acompanhando na mídia – várias carreiras pleiteando direitos legítimos, mas usando a estratégia errada. Você tem que esgotar o diálogo, ir no diálogo até a última instância. Se radicalizarmos, se desabonarmos a autoridade... Não podemos esquecer que ali há um ser humano e esse ser humano...

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA – Ah, entendi o que está aqui. Obrigado, Eguiberto.

Eu acho que a estratégia é diferente. Eu sou da segurança pública, como eu falei, mas eu sou oriundo da área associativa. Nós bombeiros não podemos nos sindicalizar, mas podemos nos associar. Eu sou Presidente da Associação Clube dos Bombeiros, e lá liderei vários movimentos reivindicatórios junto com a Polícia Militar. Eu sempre era o cara que jogava água – até por ser bombeiro: “Não, calma, calma.” Porque, se você levantar muito o tom – isso serve para qualquer tipo de conflito, seja na rua ou em qualquer lugar –, se você chegar a um nível alto de conflito, de estresse, você vai inviabilizar o diálogo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   11   2015	15h25min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Eu acho que temos que negociar, mostrar os números, sensibilizar, mostrar que é uma carreira que tem extrema necessidade – isso hoje ficou bem claro – para que o nosso Secretário – eu tenho certeza de que o fará –, no mínimo, mostre um horizonte para que possamos, num momento de mais tranquilidade, fazer isso da forma melhor.

Então, contem com o meu apoio, inclusive, para fazermos gestão junto ao Governador. Contem com o meu apoio. Estou à disposição de vocês. Desejo todo sucesso.

Outra bandeira que eu levanto: nós temos que valorizar o servidor público em detrimento do comissionado. O comissionado pode ser o melhor profissional, mas a seleção dele é prejudicada em relação à seleção de um concursado. É só partir desse pressuposto. Então, defendo.

Você falou sobre a questão do vigilante, a Viviane falou também. Acho que temos que valorizar, sim, o concursado. O sistema metroviário merece pessoas capacitadas. Eu, inclusive, estou apresentando um projeto, acabei de assinar aqui. A gente vai protocolar um projeto que diz respeito ao sistema metroviário. Na verdade, é afeto diretamente a essa questão, porque – você sabe – o bombeiro e o policial militar têm acesso gratuito ao transporte público.

Só que o policial e o bombeiro militar, principalmente o policial militar, têm evitado utilizar o transporte público. Por quê? O policial sozinho, Deputado Prof. Reginaldo Veras... É um problema que a gente vem enfrentando. A Lei nº 280, há vinte, trinta anos, deu a gratuidade ao policial e ao bombeiro. Qual era o intuito dessa lei? Fazer com que o policial andasse de ônibus e ali fizesse a segurança também. Só que o que ocorreu? A criminalidade aumentou. O policial fardado ou o bombeiro fardado dentro do ônibus, sozinho, não faz segurança, vira um alvo, porque o bandido não está com farda de bandido, ele não tem isso. Ele está ali observando o policial armado. Nós temos n exemplos de policiais que tiveram sua arma subtraída dentro de ônibus. Ele está sozinho; o bandido chega como um elemento surpresa, toma a arma; e o policial fica, no mínimo, ridicularizado. Então, ele tem evitado.

Então, estamos propondo que, somente no sistema metroviário, o policial e o bombeiro militar tenha gratuidade, apenas apresentando a identidade. No começo do sistema metroviário, era assim, depois mudou. Porque mesmo o bombeiro e o policial não fardados não se eximem de sua responsabilidade. Eu sou bombeiro. Se uma pessoa passar mal aqui, eu vou tomar uma atitude na mesma hora. E o policial militar, Deputado Wellington Luiz, da mesma forma; o policial civil, da mesma forma. Para que a gente possa influenciar às autoridades policiais a estarem em público. Para você ver a carência que há. Acredito que, realizando a contratação de vocês, vai-se suprir essa deficiência dentro do sistema metroviário.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   11   2015	15h25min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Então, desejo sucesso a todos e que, um dia, a gente possa se encontrar no Metrô. Eu quero ver vocês lá trabalhando. Um abraço.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Convido para fazer uso da palavra o Sr. Anderson Gomes, da Comissão de Segurança do Metrô.

SR. ANDERSON GOMES – Obrigado, Sr. Presidente. Saúdo todos da Mesa, todos os colegas que estão presentes. Já foi repetido várias vezes, mas vou reafirmar a nossa fala, o que a gente tem defendido. Eu queria estar diante do Dourado e direcionar minha fala a ele, mas espero que ele escute.

Dourado, o Promotor Sebastião Caixeta entrou com ação civil pública porque entendeu que existe um déficit de 600 funcionários e que existe um excesso de comissionados e terceirizados no Metrô. E ainda afirma que o contrato com a empresa de vigilância é ilegal. Fala divulgada no *site* do Ministério Público do Trabalho.

A Juíza Thaís Bernardes, da 3ª Vara do Trabalho, em sua decisão, diz que a preterição dos candidatos aprovados no concurso relativo ao Edital 1/2013 fica evidente a partir da análise do próprio edital e do extrato dos contratos referentes à contratação da empresa terceirizada para os provimentos de vigilantes. "(...) àquelas inerentes à função de vigilantes. Entretanto, note-se a grande disparidade entre a remuneração dos dois profissionais, restando evidente que a manutenção dos profissionais terceirizados fere, nesse contexto, além dos princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade, também o princípio da eficiência."

E, por último, o Desembargador Pedro Foltran, do TRT da 10ª Região, que deu 60 dias para o Metrô contratar os agentes de segurança, afirmou: até o presente momento, não foram apresentadas provas que diferenciem os vigilantes dos agentes de segurança metroviários, sejam eles armados ou não.

Minha pergunta para o Sr. Dourado seria: você, como filho de magistrado, sabe que o magistrado, para chegar a sua decisão, analisa muito bem os fatos. Então, um promotor, uma juíza e um desembargador usando a jurisprudência e a lei, afirmam que não existe diferença entre o serviço terceirizado e os agentes de segurança. Então, com qual argumento você ainda defende que os armados são uma exceção, sendo que não são?

Eu queria salientar que nós somos mais baratos. Para você substituir um agente de segurança metroviário... O agente de segurança metroviário é um vigilante, um brigadista, um socorrista, e temos o poder de polícia administrativo, reafirmado por esta Casa. Então, para você substituir os agentes de segurança metroviários, você precisa colocar, dentro do Metrô, uma empresa de segurança, uma empresa de brigadista. E a única categoria que pode fazer policiamento, porque policiamento não pode ser terceirizado, é a própria polícia. Então, coloque, no metrô, vigilantes, brigadistas e policiais e me diga se eles não saem mais caros do que os agentes de segurança metroviários.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   11   2015	15h25min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Senhores, agradeço a palavra. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Com a palavra o Dr. Estevão Gandi.

DR. ESTEVÃO GANDI – Senhores, só uma observação. Eu vejo muito se falar de Lei de Responsabilidade Fiscal. Quando se contratam terceirizados, o Judiciário não quer saber de Lei de Responsabilidade Fiscal. Logo, não se preocupem com a Lei de Responsabilidade Fiscal quando existe terceirizado contratado, porque, se existe dinheiro para terceirizado, o Judiciário pensa que existe dinheiro para contratação. Então, isso é um caso que não se analisa muito e é uma tese de defesa normalmente das empresas públicas, sociedade de economia mista, dos órgãos públicos de uma forma geral que não é bem vista e que inclusive depõe contra eles mesmos. Era só para fazer essa observação em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal: isso não é levado em consideração; é levado na administração pública como uma forma geral; no Judiciário, não.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Obrigado.

Com a palavra o Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Boa tarde, pessoal. Quero parabenizar o nosso Deputado Reginaldo Veras pela iniciativa de fazer essa discussão. Fizemos algumas outras discussões a respeito de concursados.

Eu sou Deputado Agaciel Maia, sou Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, já fui também Presidente da Comissão no mandato anterior e tive a oportunidade de discutir e de termos eficácia em várias contratações de pessoal, como o pessoal do DFTrans e outras categorias de servidores.

Geralmente eu dou uma explicação mais técnica, porque eu ainda me considero mais um economista, mais um técnico – e o Deputado Wellington Luiz sabe disso – do que propriamente um Deputado, um Parlamentar. Então, minhas explicações sempre são mais detalhadas do ponto de vista orçamentário e financeiro.

Neste ano, como Relator da LDO para 2016, nós colocamos na área do Metrô, aprovamos na comissão e aprovamos em plenário a contratação de: categoria AMD, 30; AMT, 24; OTM, 86; PSM, 24; PSO, 30; TMF, 8, PFM – Profissional de Suporte Metroferroviário, 100. Então, essa foi a proposta para contratações do Metrô relatada por mim na comissão e aprovada em plenário também com relatoria minha, que teve algumas emendas. Acontece o seguinte: o governo vetou, porque é condição de que esteja na LDO para que você possa fazer as contratações, é uma exigência legal. Tem o pessoal de Direito aqui da Mesa que entende bem disso. Então, isso foi vetado. Eu acho que há necessidade de a Câmara Legislativa... Deputado Prof. Reginaldo Veras, Deputado Wellington Luiz e demais Deputados, é



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   11   2015	15h25min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

de fundamental importância, falando sinceramente, que haja a derrubada desse veto.

Então, nós precisamos arrumar 16 Deputados para derrubarmos o veto, para que possam prosperar essas contratações. É uma condição necessária, porque inclusive a dotação orçamentária de 2015 para o Metrô foi de R\$ 164.030.454,00 (cento e sessenta e quatro milhões, trinta mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais). A proposta orçamentária para o ano que vem, que está lá conosco e que devo relatar até o dia 15 de dezembro, é de 173 milhões. Então, há um acréscimo de apenas nove milhões no orçamento do Metrô, para o próximo ano. Isso não é o suficiente. Do ponto de vista de orçamento, precisaríamos derrubar o veto para que a LDO passasse a vigorar com uma proposta autorizativa dessas contratações e pudéssemos fazer uma emenda no Orçamento de 2016, alocando mais recursos para a contratação de vocês. O que estamos vendo – essa crise no Governo do Distrito Federal se dá em decorrência disto – é que houve essa formalidade legal, mas houve uma frustração de receita. E o que aconteceu? O governo ficou sem condições de conceder reajustes, inclusive os concedidos aqui, autorizados pela Câmara, questionados pelo Ministério Público e validados pelo próprio Tribunal de Justiça. O governo ficou impossibilitado de realizar e efetivar esse reajuste.

Então, nesse procedimento das contratações, os aprovados precisam exatamente ter este foco: precisamos derrubar o veto, porque o governador fica em uma situação difícil. Se não consta nem da Lei de Diretrizes Orçamentárias a previsão de autorizar a contratação de vocês, fica mais difícil, inclusive as decisões judiciais que impuserem ao Executivo a contratação. Do ponto de vista técnico, orçamentário e financeiro, precisamos focar na necessidade de se derrubar o veto. Ao mesmo tempo, derrubado o veto, teríamos condições de fazer uma destinação, uma alocação de recursos, em 2016, suficiente para que vocês pudessem ser contratados. Ficaria, então, difícil o governo questionar uma decisão judicial se já está previsto nas duas leis que são fundamentais – na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que é uma espécie de regulamento do Orçamento, e, ao mesmo tempo, no Orçamento de 2016 – que há disponibilidade. Toda a tese argumentada pelo governo, em cima disso, é exatamente a falta de recursos.

Precisa-se derrubar esses argumentos. Por isso a Câmara tem um papel importante, que é o de derrubar o veto, feita a LDO, como foi feito com a Defensoria e em alguns outros vetos feitos pelo Executivo. Eles só passam a valer se conseguirmos derrubar o veto.

(Manifestação fora do microfone.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Derrubar o veto de quê? Da proposta...

(Manifestação fora do microfone.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Para 2015, sim. Estou falando de 2016.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   11   2015	15h25min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

(Manifestação fora do microfone.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Entendi.

Olhem, primeiro, tivemos uma autorização não específica de contratações na LDO de 2015, sem detalhar, de pouco mais de seis mil servidores. Não houve um detalhamento. Eu não fui o Relator, foi o então Deputado Distrital Roney Nêmer. Na proposta de 2016, fizemos o detalhamento, porque, se você autorizar, de maneira global, a contratação de seis mil pessoas, o sujeito sai contratando. É o poder discricionário do governador.

O que fizemos na proposta de 2016 foi detalhar, inclusive, as categorias, por quantidade.

Então, a derrubada desse veto para 2016 é fundamental, porque o governo também não pode fazer a contratação de vocês, faltando dois meses para 2016, sem uma previsão de orçamento, em 2015, para pagar vocês em 2016. Por isso que é fundamental a derrubada desse veto, feito na LDO, para 2016.

SRA VIVIANE DE PAIVA AGUIAR – Desculpe! Então, para o próximo Orçamento, já não incluíram também os aprovados do Metrô? Outras áreas serão chamadas, mas esqueceram novamente do Metrô?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Não. Na proposta relatada por mim, aprovada em plenário e vetada pelo governador, houve essa previsão de contratação, pelo Metrô, de todas as categorias que citei e nas respectivas quantidades. Só que o governo vetou. E, na previsão do Orçamento de 2015, de 164 milhões, só estão 173 milhões, para 2016. Para que haja o Relator faça essas alterações, há necessariamente que ser derrubado o veto – a Deputada Celina Leão chegou e sabe disse – que o Governador apôs na LDO, para 2016, e que foi votado agora, neste ano.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Deputado Agaciel Maia, eu gostaria de aproveitar o gancho orçamentário para explicar aos concursados que o governador vetou todas as emendas da Casa à LDO. Foi um veto geral. E fez isso sem especificar, o que dá uma margem muito grande de interpretação de quem vai ser nomeado e de quem não vai. Vai ficar a cargo discricionário. Então, o veto foi geral, não foi só um veto pontual, foi um veto de todas as carreiras. O que estamos tentando negociar com o Governo do Distrito Federal é a derrubada dos vetos, como o Deputado Agaciel Maia disse, seja da Defensoria Pública, seja do Metrô. É isso que estamos tentando negociar com o Governo. Há Deputados que votam com o Governo para que consigamos essas derrubadas que – sabemos – são prioridade, de áreas prioritárias. A população toda pode ser atingida com a falta da contratação desses servidores, como é o caso de vocês, metroviários.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   11   2015	15h25min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

Muito obrigada.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Só para concluir, eu gostaria de dizer a vocês que fui favorável não só no discurso. Fui Relator e fui favorável às contratações. Fui favorável na comissão, como Presidente e Relator, fui favorável no plenário e serei favorável a qualquer proposição que venha no sentido de derrubar o veto ou de qualquer outra coisa que seja favorável à contratação de vocês.

Votei na comissão e votei no plenário, Deputada Celina Leão e Deputado Prof. Reginaldo Veras, que está à frente dessa comissão. Na posição de Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, estarei pronto a ajudar vocês a serem contratados. Apenas fiz uma exposição, do ponto de vista técnico, do que, na realidade, há necessidade de se fazer.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra ao Sr. Neylon Maciel, profissional de suporte metroviário.

SR. NEYLON MACIEL – Boa tarde a todos. Eu gostaria de agradecer a oportunidade. Foi até bom o Sr. Deputado Agaciel Maia levantar essa bola para nós, porque viemos aqui na derrubada do veto à emenda da LDO e agora está todo mundo surpreso. Então, se precisar, vamos vir novamente, vamos nos mobilizar e vamos emendar a LDO novamente e fazer valer o nosso direito.

Outro ponto importante é que, como o veto é geral, falou até do concurso da Defensoria. O concurso da Defensoria foi reaberto e é bom, que eu não faço, como concurseiro, porque sei que terei de passar por tudo isso novamente. Não é só o meu caso, mas é o caso de muita gente que está aqui, que está desempregado, que largou o emprego. Muita gente tem família e crianças para cuidar em casa. No meu caso, larguei o emprego para estudar e ser funcionário público. É um sonho, pois minha mãe é funcionária pública e sindicalista. Inclusive ela está muito orgulhosa por eu estar aqui hoje, correndo atrás do meu direito. Infelizmente, estamos passando por todo esse transtorno de sermos aprovados em um concurso público e não sermos chamados. Não estou pedindo um favor, ninguém está pedindo favor. Isso é lei e tem de ser cumprida. Fizemos um concurso. A administração abriu um concurso público, oferecendo vagas. Nós nos candidatamos, fizemos provas e passamos. Inclusive nesse cargo de Profissional de Suporte Metroferroviário – PSM, fizemos um curso de formação que já tem mais de um ano, até agora não fomos chamados e não temos expectativas. Então, é muito engraçado isso.

Para não me alongar demais aqui, eu queria somente deixar em aberto algumas perguntas ao representante. Primeiramente é uma pergunta particular. Eu gostaria que ele explicasse a respeito da LRF, porque, como concurseiro, eu acho que isso vai me ajudar muito em relação à disciplina AFO – Administração Financeira e Orçamentária, porque a gente estuda uma coisa e não sabe na prática como será aplicada. Então eu gostaria de saber a respeito dessas exceções. E, como ontem



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   11   2015	15h25min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

houve conciliação do TRT junto ao Metrô, e foi ventilada uma proposta por parte do Metrô de convocações em outubro do ano que vem – mais um ano –, eu gostaria de saber se o Governador pode ficar esse tempo todo no limite da LRF ou se ele tem de tomar providências no sentido de até lá já estar fora, porque vai fazer um ano de limite da LRF. Então eu gostaria de saber como funciona essa questão da LRF e deixar em aberto aqui algumas perguntas.

Primeiro eu gostaria de saber o porquê do aumento do número de comissionados fora do GDF no Metrô, se tanto as nomeações para concurso público quanto para comissionados, ambos esbarram na LRF. Eu gostaria de saber então como funciona isso aí.

A outra pergunta é a seguinte: como o próprio presidente disse que quem deve ocupar lugar no governo é servidor de carreira, então, por que o número de comissionados, sem vínculos com o GDF, mais que dobrou na atual gestão dele, porque, em abril de 2014, eram 27, e, em abril deste ano, pulou para 57. E, em outubro, esse número ainda aumentou mais.

Então, eu deixo aqui o meu questionamento. Para mim, e para muita gente, eu tenho certeza de que, se for o caso de ficarmos sabendo da sessão, se houver como fazer essa emenda à LDO, com certeza, iremos nos mobilizar para vir aqui, porque nós não vamos largar mão dos nossos direitos. Passar em concurso hoje em dia está muito difícil. Não estamos pedindo favor a ninguém. Eu reitero isso aqui. Queremos que seja cumprida a lei. E que o governo se sensibilize, porque são pais de famílias, são pessoas que largaram, que abriram mão de muitas coisas para passar nesse concurso e ser funcionários públicos, mas estão sendo preteridos.

Obrigado pela oportunidade. Obrigado à Mesa. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Convido para fazer uso da palavra o Operador Técnico Metroferroviário – OTM, Sr. Renato Benevides.

SR. RENATO BENEVIDES – Deputado Prof. Reginaldo Veras, Presidente desta comissão, Sra. Presidente desta Casa, demais componentes da Mesa, amigos aqui presentes, demais aprovados, boa tarde. Eu venho aqui pontuar algumas informações referentes à função de OTM. Já falamos aqui sobre os PSMs – Profissionais de Suporte Metroferroviário, sobre os agentes de segurança. E eu vou falar um pouco sobre OTM.

Aconteceu, no ano de 2014, o cancelamento de uma licitação em que tínhamos aproximadamente duzentos terceirizados trabalhando dentro do Metrô. Eles foram desligados através da Ação Civil Pública nº 419, de 2004, ou seja, passamos dez anos com uma ação civil pública para que fosse feito esse desligamento. Creio eu – o que ninguém quer que aconteça – que essa ação cível pública com que entramos novamente dure mais dez anos. Daqui até lá, já estaremos mais velhos, ou já teremos passado em outro concurso. Provavelmente já tenhamos desistido dessa função.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   11   2015	15h25min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Segundo o que nós já tivemos em reunião, hoje, a cada cinco minutos, passa um trem em cada estação. Cada um desses trens tem a capacidade de transportar 1.500 pessoas. Se fizermos um cálculo rápido, de acordo com o aumento da passagem, teremos aí, a cada cinco minutos, com um OTM na bilheteria, aproximadamente o recebimento de 6 mil reais.

Se fizermos um cálculo a longo prazo no funcionamento integral do Metrô, teremos verba disponível para contratar os mais de quatrocentos aprovados que temos no cargo de OTM e ainda vai sobrar verba para contratar agente de segurança e PSM, isso só colocando os OTMs nas bilheterias para atender.

Ou seja, para o governo, está sendo mais viável deixar as catracas abertas, deixar as bilheterias sem ninguém atendendo, deixar sem segurança as plataformas. Está sendo mais viável colocar terceirizados, comissionados do que investir na carreira de concursados, que é um direito nosso garantido pela Constituição. Só para fazer um fechamento, o plano de carreira de OTM Júnior é responsável pela maioria das funções operacionais. Hoje, OTM é o último plano de carreira e salários dentro do metrô.

Estou surpreso com essa questão do veto, não nos foi passado. Queria eu também que o nosso presidente do Metrô estivesse presente para pontuarmos algumas situações. Creio eu que alguma coisa o impediu, não sei.

Falo em nome de todos os aprovados, em nome de todos os pais de família aprovados em concurso, dos jovens que se dedicaram, que perderam tempo de estudo, que se dedicaram na madrugada estudando, que passaram por testes físicos bem desgastantes, pela parte psicológica, que foi algo que deixou muitos atormentados, e pelas provas, porque tiveram um nível de dificuldade imenso, com uma banca organizadora – desculpem-me a palavra – medíocre, que nos deixou de 2013 até 2014 para ser homologado o resultado final. Depois desse ano, ainda temos mais um ano à espera de um resultado, de sermos convocados. Ou seja, nós ficaremos aqui de ano em ano esperando a boa vontade do GDF juntamente com o presidente do Metrô para que aconteça a convocação dos aprovados.

Então, em nome de todos os aprovados, eu peço encarecidamente o apoio de vocês como sempre nos têm dado: que nos apoiem e que nos deem essa força para que possamos passar essa barreira e tornar o serviço público do Metrô um serviço de qualidade que atenda todos os usuários de forma comum, com qualidade e garantia de segurança.

Era isso, obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Quero registrar a presença do Deputado Bispo Renato Andrade.

Senhores, para finalizar as pessoas da plateia, convido para fazer uso da palavra a Sra. Clarissa Pacífico.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   11   2015	15h25min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

SRA. CLARISSA PACÍFICO – Boa tarde, Sra. Presidente, todos os componentes da Mesa. Eu venho falar mais das coisas que eu não compreendo. Eu gostaria até de pedir maiores explicações ao Sr. Alexandre Ribeiro Lopes sobre algumas perguntas que vou fazer.

Como o Deputado Agaciel Maia falou da derrubada de veto e tudo, nós estivemos aqui lutando pela derrubada de veto. O meu entendimento de orçamento público é muito pequeno, mas eu entendo que, quando você vem aqui, e é aprovada a nomeação de tantos concursados – nós viemos aqui, derrubamos o veto –, é dada ao metrô a possibilidade de nos contratar, ele tem o direito de gastar aquele dinheiro conosco. Se ele não gasta aquele dinheiro conosco, ele gasta com outras coisas.

Quando fomos chamados por outras pessoas para estar aqui em 2016 e fazer de novo um movimento para outra derrubada de veto, eu me senti como massa de manobra. Eu venho aqui, acontece a derrubada de veto, a Administração do Metrô passa a ter o direito de gastar aquele dinheiro nos contratando, só que ele simplesmente não nos contrata. O fato de derrubar o veto não nos garante a contratação.

Então, no meu entendimento, o contrato da Administração feito com quem passa num concurso público é um contrato formal feito pelo edital de concurso, e ele tem obrigação de cumprir. Lá está escrito, no nosso edital, que, até dezembro deste ano, nós seríamos todos nomeados. Logo não faria sentido estarmos aqui para derrubar veto em 2016, porque teoricamente eles teriam que nos nomear até dezembro, mas existe a LRF, que bloqueia a nomeação. Porém, a LRF está bloqueada, no meu entendimento, porque existem muitos comissionados. O contrato de um administrador que chama um comissionado é completamente inferior ao contrato que um concursado faz quando ele é admitido num concurso público.

Então, não vejo problema nenhum que se tome essa medida de exonerar todos os comissionados para que o GDF entre dentro e venha honrar os compromissos feitos em editais de concursos, porque são muitos concursos. Não é só um! Senão a impressão que vai dar para a sociedade é que essa questão de concurso é só para juntar dinheiro, porque pagamos inscrição e a empresa que recebe tem que repassar um tanto. Ela tem que repassar um tanto para a administração pública, não sei se é 20%, quanto é, mas ela tem que repassar e a administração arrecada com concurso público. Não nos chamar, no meu entendimento, é ferir a dignidade da pessoa humana. Vocês estão sentados aí, mas não sabem o que eu passei e o que cada um aqui passou. Só quero trabalhar num lugar onde eu tenha o direito de fazer um trabalho honesto sem estar perigando ser demitida. Entendeu?

Olha, tanto o comissionado, quanto o agente administrativo, quanto o concursado, eles só podem fazer uma coisa: o que a lei determina, porque eles são agente público. Agente público não pode fazer o que ele quiser, só pode fazer o que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   11   2015	15h25min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

está em lei. Então, se eu só posso fazer o que está em lei e o comissionado também só pode fazer o que está em lei, por que ele é preferido a mim? Por que o Governador prefere colocar ele a me colocar? Porque ele tem um diploma não sei do quê, que eu não tenho? Só que o plano de carreira do metrô, o OTM, é a base de todas as carreiras. Posso entrar no metrô hoje e não saber fazer o que aquele comissionado faz, mas com certeza tem gente que está lá trabalhando há anos que sabe fazer. Então, por que não pode simplesmente exonerar os comissionados e colocar os aprovados na base e fazer as outras pessoas que já estão lá, que já têm experiência, para somar àquilo dali? Entendeu?

Então, esses são os meus questionamentos. Essas são as coisas que tenho para dizer e agradeço a todos por terem me ouvido.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra à nossa Exma. Sra. Presidente, Deputada Celina Leão.

Vai falar daqui da Mesa?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Eu vou falar embaixo porque lá eu fico mais brava.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Deputada Celina Leão, a quem já agradeço pela parceria nesta comissão geral.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Inicialmente, quero agradecer e cumprimentar muito o nosso amigo, Deputado Prof. Reginaldo Veras. Esta Casa, Reginaldo, ganha muito com a sua vinda. O Deputado Prof. Reginaldo Veras é uma pessoa coerente, é um defensor do concursado. Para nós cumprirmos um princípio constitucional da igualdade do serviço público, só o concurso consegue realmente cumprir esse pré-requisito, porque ele avalia todos como iguais. Então, Deputado, quero cumprimentá-lo e dizer que V.Exa. tem desempenhado um trabalho exemplar aqui na Câmara. Tenho muito orgulho de ser do mesmo partido que V.Exa. e ser companheira de bancada.

Quero cumprimentar o Sr. Secretário de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal, Alexandre Ribeiro, e, ao mesmo tempo que o cumprimento, quero fazer aqui uma manifestação de repúdio. É uma falta de respeito com esta Casa, não com a Deputada Celina Leão, mas com esta Casa, o metrô não mandar um assessor para esta sessão. Não mandar nem um sub do sub, do sub, do sub, do sub. Sei que você está aqui como um representante do Estado, mas tem muitas coisas que gostaríamos de ouvir da gestão do metrô. Tenho o maior respeito do mundo pelo Marcelo. Eu acho ele uma pessoa boa, um cara jovem, mas é um desprestígio muito grande, num debate muito rico como esse, ele não ter nem a oportunidade do contraditório.

Aqui vai ficar a nossa fala, a fala do secretário de desburocratização, que cuida da máquina como um todo, e a gente entende isso, agradeço a sua presença.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   11   2015	15h25min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

Eu acho que você faz as vezes do Estado aqui, mas é muito ruim um debate desse que fala sobre a empresa não ter um representante dela. Ainda mais quando tem como requerente desta sessão a Presidente da Câmara e uma pessoa que tem tanto ajudado o Governo como o Deputado Prof. Reginaldo Veras. Então, sou muito clara e franca. Faço aqui esse registro e esse repúdio, porque acho que prejudica muito a qualidade do nosso debate.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Deputada Celina Leão, inclusive, vamos encaminhar uma nota de repúdio diretamente ao Marcelo Dourado. (Palmas.)

DEPUTADA CELINA LEÃO – Com certeza, Deputado.

Quero também cumprimentar a Viviane, representando o SindMetrô-DF, que é um sindicato forte. Todas as vezes em que o metrô realmente precisou da atuação sindical, ele sempre esteve presente aqui na Câmara Legislativa. Então, leve o nosso compromisso, o nosso abraço a todos os sindicalizados e a toda diretoria do metrô, sabemos que é um colegiado também.

Quero também cumprimentar o advogado da comissão de aprovados, Dr. Estevão Gandi, muito obrigada pela presença; e o Egberto Lima, esse guerreiro que não para, está sempre correndo atrás. Acho que, graças ao que ele tem feito, a gente tem conseguido muitos avanços. Sempre a gente precisa dos líderes, e acho que o Egberto tem sido um grande líder de vocês, tem dado muito orgulho a essa comissão.

Eu gostaria de fazer uma retrospectiva, porque acho que é sempre muito importante e talvez não tenha ficado muito clara a questão da derrubada de vetos. O Deputado Agaciel falou sobre o orçamento do ano que vem. O veto que vocês derrubaram garante o orçamento deste ano. Se o Metrô quiser contratar para este ano, ele pode porque o veto foi derrubado para este ano. Quando o Agaciel falou já numa perspectiva de derrubada de veto, referiu-se ao orçamento de 2016. Então, se for criado um cronograma e esse cronograma estabelecer o início de nomeação este ano, com continuidade no ano que vem, ele não vai conseguir ser cumprido, porque há a utilização de um pedaço do orçamento deste ano, mas não há continuidade dessa utilização no orçamento do ano que vem. Significa que aquele veto que vocês se mobilizaram para vir derrubar, é ele que dá garantia ao metrô, se ele quiser, para contratar vocês este ano.

Portanto, nada foi perdido, nenhuma luta foi perdida, pessoal! Muitas vezes pensamos que as lutas que travamos são perdidas. Eu digo que todas as perseguições que sofri, todas as coisas que sofri, até as dificuldades, tornaram-me a mulher que sou hoje. Podem ter certeza de que, no dia em que vocês assumirem os seus cargos públicos, concursados, vocês são pessoas que sabem realmente o quanto foi difícil sentar naquela cadeira, o tanto que vocês lutaram!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   11   2015	15h25min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

Agora, eu queria fazer uma observação muito importante. Nós tivemos a oportunidade de... E eu sempre fiz esse debate com o metrô, seja na dificuldade... E percebemos um sucateamento, uma tentativa de terceirização, de se chegar ao caos. "Se não existe, vamos terceirizar!" E é esse tipo de coisa que a gente tem combatido há muito tempo. Principalmente na questão da segurança metroviária, conseguimos aprovar uma PELO aqui na Casa, Alexandre. Nós temos uma lei federal que regulamenta os seguranças metroviários, os agentes, inclusive colocamos na lei o agente de polícia metroviário, a lei federal delega isso a eles. Hoje em dia, eles fazem a segurança do metrô por delegação federal, lei federal. Como isso não estava muito claro, demos essa clarificada na Lei Orgânica.

A legislação é muito clara, a Constituição Federal trouxe competências para legislações estaduais, desde que não contrariassem a competência federal, a Constituição Federal. Não há nem hierarquia de leis, a nossa Constituição estadual vale tanto quanto a Constituição Federal. Essa questão de hierarquia de leis em determinados momentos, e aqui estão os advogados que podem confirmar, de uma certa forma, quer imprimir aos Estados uma condição de subalternos à União. Isso não existe! Então, a nossa lei, quando tratou da polícia metroviária, estabeleceu uma condição ao nosso Estado, que inclusive está prevista em lei federal. Portanto, não vimos inconstitucionalidade, sabemos que é uma lei importante para regulamentar uma situação.

Os agentes de segurança metroviária fizeram um evento no metrô e é sobre esse ponto que quero fazer uma retrospectiva, Alexandre. Nós estávamos com muitos concursados naquele dia, com o Marcelo sentado à Mesa... É por isso que é muito ruim fazer um debate desse sem a presença de alguém, pelo menos para contar o que aconteceu daquele dia para cá, para trazer à luz informação adequada. Naquele momento, o presidente do metrô falava com alegria que iria chamar os concursados. Eu quero saber o que mudou daquele dia até hoje, nós não recebemos essa informação oficial! (Palmas.) Ele, naquele momento, cumpria uma decisão judicial! Ora, eu tenho uma procuradoria aqui. Eu tenho uma procuradoria aqui! Eu recorro do que acho que tenho que recorrer!

A Procuradoria da Casa não age de ofício. Se a gente acha que tem que recorrer ela age. Geralmente, a gente sempre recorre porque são leis acionadas pela Casa, mas a gente tem direito de recorrer ou não. E, naquele momento, o Metrô já tinha tomado a decisão política de contratar os concursados e, estranhamente, depois daquele dia, da decisão jurídica consolidada, uma decisão que dava condição do Estado, mesmo na LRF – até porque no meu entendimento a LRF não atinge empresas públicas, isso é pacificado já no STF. Então, várias empresas públicas não foram atingidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Eu quero entender o que aconteceu, porque se ele estivesse aqui ou se alguém estivesse aqui, iria contar para gente: "Olha, aconteceu isso, a gente teve um imprevisto, a gente está pensando em fazer isso tal data, tal hora". Mas, quando



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   11   2015	15h25min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

fica no campo da falta de informações, a gente pode imaginar tudo. São essas imaginações que, muitas vezes, trazem a desconstrução de um governo que eu ajudei a construir, um governo socialista, que era contra os empresários, que era contra essa fábrica de dinheiro dessas empresas terceirizadas. E é essa cobrança que eu faço hoje à tarde, Alexandre, uma cobrança de clareza, de qual foi a postura que mudou, o que mudou, o que mudou daquela data para cá, porque, quando a Procuradoria recorre da decisão judicial, ela entende que aquilo não é o que ele gostaria de fazer. Se eu receber uma decisão judicial para eu fazer uma contratação do servidor concursado, que passou no concurso, eu vou recorrer dessa decisão por quê? A não ser que eu tenha vontade de deixar que os contratos permaneçam *ad aeternum*. Eu acho que é esse questionamento que precisa acontecer.

Eu ajudo o Governador, quero que esse governo dê certo, trabalho, os meninos sabem, está aqui o Deputado Wellington Luiz, está aqui o Deputado Bispo Renato Andrade, Deputado Prof. Reginaldo Veras. Brigo muitas vezes para que a gente vote as questões do governo no plenário, mas eu sou transparente. Eu não posso ter um discurso quando sou Deputada de oposição: "Agora eu gosto de concursado". Viro Deputada da base: "Não. Agora, eu não gosto de concursado". Isso é quem não tem caráter. Eu tenho toda a legitimidade para chegar aqui e perguntar o que aconteceu. Eu gostaria muito de obter uma resposta do que aconteceu, porque, se a gente for judicializar esse processo, podemos ir *ad aeternum* com a judicialização desse processo.

O que nós esperamos, o pedido que deixamos aqui é, realmente, para saber o que aconteceu da data do compromisso do chamamento desses concursados para cá. Inclusive, vamos fazer em memorando também para a direção do Metrô. Eu e o Deputado Prof. Reginaldo Veras já íamos fazer esse ofício, mas não quisemos antecipar, porque ele tinha, inclusive, confirmado para o Reginaldo que estaria aqui presente.

A condição do Metrô é muito diferente da de outros concursos que estão aí em voga, inclusive esta Casa aprovou algo muito importante, nós criamos a obrigatoriedade de você, ao passar num concurso público, havendo o número de vagas, ser chamado, para acabar com a fábrica de concursos que, muitas vezes, traziam para a população e para o cidadão uma frustração muito grande. Eram fábricas de dinheiro, como disse a menina que me antecedeu. Então, abriu concurso, houve concurso, é obrigado a chamar.

Poxa, eu sou Presidente desta Casa, estou doida para abrir concurso aqui. Só que eu vou abrir quando a gente puder chamar, porque, no dia em que a gente abrir, não vai ter que haver comissão aqui batendo em nossa porta: "Ah, vai chamar que dia?" Então, a gente tem que ter recurso para isso, tem que ter responsabilidade quando você está à frente da gestão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   11   2015	15h25min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

Eu tenho certeza da sensibilidade do Governo do Distrito Federal, do Governador Rodrigo Rollemberg de mudar essa situação, e é este apelo, Alexandre, que eu faço nesta tarde, é este pedido que eu faço nesta tarde, de uma decisão judicial que já foi pacificada, que daria toda a condição de o Metrô chamar esses concursados que, inclusive, estão dentro do pré-requisito de que fala a nossa lei. Eles não são cadastro reserva, eles não são excedentes, eles são os aprovados do Metrô, até para que tenhamos a prestação de serviço devidamente efetuada.

Você pode ter certeza de que passar as dificuldades que esses servidores passaram, pelo que têm passado... De certa forma, a gente sabe também que é uma penúria muito grande você estar tendo que mobilizar, tendo que pedir. Poxa, a fase mais... assim, é até contraditório. Muitos de vocês pensavam que a maior dificuldade seria passar no concurso, né? É até maluquice!

Então, a gente espera que aconteça um gesto por parte do Governo do Distrito Federal para tirar esse dilema, para tirar esse debate. Nós lamentamos muito a falta de alguém do Metrô para nos dar uma informação. A gente tem muita certeza de que tanto o sindicato, que está aqui representado, quanto vários agentes do Metrô têm condição de ajudar e muito na ampliação do metrô, como fazer o metrô render mais recursos financeiros. A gente sabe que a vontade de todos os servidores do Metrô é que o metrô não dê prejuízo, é que o metrô seja, realmente, um patrimônio público, e não um patrimônio privado. E é nessa contramão que nós vamos lutar: o que é público é público e tem que ser operado por agentes públicos.

É isso. Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra ao Exmo. Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Boa tarde a todas e a todos.

Quero saudar a nossa Presidente, parabenizar o Presidente desta comissão geral, meu amigo Deputado Prof. Reginaldo Veras, importante Deputado desta legislatura que muito nos honra, até por apresentar propostas como essa.

Quero aqui saudar o Secretário de Gestão Administrativa, Alexandre Lopes – obrigado pela presença; saudar a Viviane, representante do SindMetrô; o Dr. Estevão, advogado da Comissão de Aprovados; e o nosso amigo Eguiberto, representante da Comissão de Aprovados.

Não vou mudar muito a linha da nossa Presidente, não. Eu estava ali indignado, e até por isso tinha deixado para falar por último. Só que eu acho, Sr. Presidente, que em vez de uma nota de repúdio, o que temos que fazer é convocar o Presidente do Metrô para vir até aqui. (Palmas.)

Eu acho que isso é de uma falta de respeito sem tamanho. Acho que uma das características mais importantes para o homem público é a coragem. Acho que essa omissão e essa covardia são descabidas. Hoje cedo eu fiz questão de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   11   2015	15h25min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

parabenizar e de todas as formas proteger contra qualquer desrespeito o Presidente da CEB. Num clima de muito acirramento, nós fizemos uma audiência pública e ele teve a coragem de vir até aqui, como o Secretário está aqui agora. Esse é o papel do homem público. Ele tem coragem.

Se o Presidente não tem coragem, que ele dê a cadeira para quem tem. O que ele não pode é se acovardar, o que ele não pode é deixar de enfrentar os problemas. Se o que serve para ele é apenas o salário, então que ele vá procurá-lo em outro lugar, e não o que é pago pelo contribuinte. Isso nós não podemos admitir em hipótese alguma, de forma nenhuma.

É um desrespeito a esta Casa. Não só os candidatos, não só os servidores, mas todos nós fomos desrespeitados. Então eu acho fundamental que esta Casa adote uma providência. E eu acho que a providência ideal é que o Presidente seja convocado por esta Casa e que dê as devidas respostas para o que realmente deve ser. (Palmas.)

Uma outra coisa, de igual modo, é que desde a legislatura passada a Deputada Celina Leão fez isso muito bem. Nós combatemos, tentamos combater a indústria dos concursos. Ninguém faz concurso para compor cadastro de reserva, não. Eu sou servidor público. Você faz concurso é para ser contratado.

Então, temos que parar com essa mania de querer enganar as pessoas, de querer encher o bolso de cursinhos ou de querer encher o bolso de empresas e não contratar as pessoas, porque isso virou uma prática no Distrito Federal.

Eu fiz vários concursos e graças a Deus fui chamado em todos. Está certo que foi lá em 1800, não interessa. Mas fomos chamados.

Então, gente, isso é um desrespeito para todos vocês. E todo mundo sabe que o Metrô está precisando. Um de vocês disse muito bem: haverá economia se contratar. A Deputada Celina Leão também disse muito bem: essa história de Lei de Responsabilidade Fiscal é pretexto, é pretexto para não contratar.

Então, tem que se parar com esse discurso de enganação. O governo está indo pelo caminho errado, e cada vez que faz isso a população paga um preço muito alto. Eu acho que é o papel desta Câmara, e ela de forma muito independente sob o comando da nossa Presidente, fazer isso.

Quando os Deputados fazem essas críticas, é de forma construtiva, é para ajudar. Não tenho dúvida, como disse aqui um dos servidores do metrô, na hora que houver funcionário para colocar nas catracas, para poder cobrar, é claro que vai entrar dinheiro no caixa, é claro que vai ter dinheiro para contratar. Então, não precisa de fórmula mágica. Sabem do que precisa? De hierarquia de prioridades, coragem para fazer as coisas, coragem para vir até aqui e ouvir o que é necessário. Na hora em que isso acontecer, na hora em que o homem público tiver decência e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   11   2015	15h25min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

não tiver vaidade para ouvir quem pode ajudar, com certeza absoluta nós teremos a solução.

A Câmara Legislativa mais uma vez chama a responsabilidade para ela – Deputado Prof. Reginaldo Veras, V.Exa. foi extremamente feliz –, para que de novo possa de alguma forma ajudar. Nós nos colocamos à disposição, o nosso papel é de intermediar a discussão entre os concursados e o Executivo, e apresentar uma solução. Com certeza absoluta, se houver da parte do Executivo boa vontade, como está havendo do secretário de gestão administrativa, que está aqui para ouvir e até para discordar – não é obrigado a concordar com a gente, não –, apresentar suas considerações, a gente tenta encontrar uma saída.

Com certeza absoluta, vamos contratar, é certo. Se há dinheiro para contratar os terceirizados... Desculpem, não tenho nada contra os terceirizados, não. Mas o terceirizado não tem o comprometimento que tem o funcionário público. O funcionário público responde por todos os atos, ele é alcançável, posso falar isso com tranquilidade.

Está lá o tal do 190. O Deputado Roosevelt Vilela não está aqui, mas o 190 hoje não é mais da Polícia Militar, é de terceirizado. Por isso, os senhores e as senhoras passam uma hora, duas horas para conseguir falar. Sr. Presidente, eu, policial, já como parlamentar, testemunhei um homicídio. Tentei falar lá por uma hora, tive que sair atrás do bandido, liguei para um colega delegado e o prendemos. Não conseguimos falar no 190, olhem como está funcionando!

Eu volto a dizer: tem que substituir os terceirizados de todos os órgãos públicos por concursados, por aqueles que fizeram concurso público, pagaram, estudaram e agora devem ter o seu direito cumprido e honrado. Esse é o papel de quem faz concurso público. Volto a dizer: ninguém faz concurso público para compor cadastro de reserva. É para ser contratado e essa é a obrigação do Estado.

Muito obrigado. (Palmas.)

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Solicito ao Cerimonial que faça a leitura da mensagem recebida por ocasião desta comissão geral. Em seguida, concederei a palavra, antes de passar para o Alexandre, ao Deputado Raimundo Ribeiro, que está presente aqui conosco.

MESTRE DE CERIMÔNIAS – “Excelentíssimos Senhores Deputados, prezadas senhoras e senhores, em primeiro lugar me solidarizo à causa dos aprovados no concurso do metrô. Só conhece realmente as dificuldades quem passa anos se preparando para assumir uma função e acaba frustrado. Por mais que exista uma crise financeira e um caixa prejudicado, deve-se priorizar a contratação de servidores de carreira. São eles que vão garantir o futuro e a continuidade das ações do Estado. Não tenho dúvidas de que a melhoria na mobilidade urbana depende da melhoria dos serviços e aumento no quadro de servidores do metrô. Os congestionamentos são cada vez maiores e promovem uma queda na qualidade de vida da população.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   11   2015	15h25min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

Para resolver isso, a fórmula é simples: mais funcionários, mais estações e mais trens. Apesar de não poder comparecer a essa comissão geral, estou disposto a dialogar com os aprovados no concurso e também com o governo, para que esse impasse seja resolvido. Robério Negreiros. Deputado Distrital”.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa com o Deputado Prof. Reginaldo Veras, a Deputada Celina Leão, inclusive pela feliz iniciativa de trazer ao plenário desta Casa o debate de um assunto que afeta a vida da população do Distrito Federal. Aliás, eu não poderia deixar de neste momento ressaltar que, nunca antes na história desta cidade, a Câmara Legislativa cumpriu tanto o seu papel quanto está cumprindo agora, sob a direção da Deputada Celina Leão. A Câmara resgatou a sua vocação histórica. Esta Casa não é para viver num silêncio tumular. Esta Casa é exatamente para viver a agitação do debate das coisas que interessam ao povo do Distrito Federal.

Então, parablenzo a Deputada Celina Leão e o Deputado Prof. Reginaldo Veras pelo trabalho que tem sido desenvolvido, e em especial pela oportunidade de trazer essa situação para dentro da Câmara.

Cumprimento o Sr. Secretário de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal, Alexandre Ribeiro Lopes – por sinal, eu quero fazer um agradecimento público –, que naquele dia me atendeu prontamente, sem eu ter marcado nem coisa nenhuma. Eu estava lá, já aproveitei e ele me atendeu muito bem. Cumprimento a Sra. Viviane de Paiva Aguiar, representando o Sindmetrô-DF; o advogado da comissão de aprovados, Dr. Estevão Gandi; o Sr. Egberto Lima, representando a comissão de aprovados, e todos vocês. Certamente a maioria são concursandos.

Sr. Presidente, fiz questão de participar desta sessão porque este assunto está dominando o Distrito Federal nos últimos 11 meses. Hoje de manhã estivemos, por iniciativa do Deputado Wellington Luiz, discutindo a questão da CEB. Lá também se discute a questão da chamada dos aprovados em concurso público. Eu acho que neste momento, apesar de correr o risco de ser redundante, é importante dizer que este país tem uma norma que é maior do que todas: a Constituição. A nossa Carta política promulgada no dia 5 de outubro de 1988 estabelece, consagra a forma de ingresso na administração pública. Ela fala no concurso público. Não se trata de uma benesse do então constituinte. Trata-se de uma forma sábia de fazer com que o serviço tenha eficiência. Por quê? Porque você primeiro analisa se a pessoa tem aptidão e formação para desenvolver determinadas atividades.

Então, o concurso público na verdade não é prêmio. O concurso público é uma exigência da eficiência do serviço público que tem que ser prestado. Quando as pessoas dedicam o seu tempo, muitas vezes o seu dinheiro, e investem num



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   11   2015	15h25min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

concurso em cursos preparatórios, evidentemente que no mínimo se gera uma expectativa de direito para que as pessoas possam realmente assumir aquilo para o qual se habilitaram.

Eu estive conversando com representantes dos aprovados e tive uma notícia, que no meu entendimento torna muito fácil a solução dessa questão. Aliás, não consigo ainda ver como é que essa situação está se arrastando. Se a informação procede, não há como não resolver de imediato essa situação. A informação que eu tive é que uma juíza de direito, extremamente corajosa, determinou que o Governo do Distrito Federal faça a convocação dessas pessoas em substituição, ou seja, sem risco de ter impacto financeiro, a outras situações precárias que existem no Metrô.

Tive também outra informação de que o presidente do Metrô, ao ter essa notícia e ao conversar com alguns Parlamentares, deu a entender que a situação estaria muito bem encaminhada, mas, inexplicavelmente, Deputado Wellington Luiz, de repente, manda que alguém recorra desta decisão.

Eu falo muito à vontade. Tenho aqui alguns advogados que, certamente, entenderão o que estamos dizendo: Recorrer significa estar inconformado com a decisão. Mas o Metrô, a direção do Metrô pode estar inconformada com a decisão de uma juíza que apenas lhe dá a cobertura judicial para resolver um problema? Acho que não. (Palmas.)

Parece-me que essa juíza, com muita sabedoria – o nome é dela é Thaísa Bernardes? –, até acena com outra possibilidade, Deputado Wellington Luiz, porque ela diz que se for necessário decretar estado de excepcionalidade, ela faculta.

Meus amigos, aqui entre nós, se o governo quiser, ele pode convocar imediatamente. Ele tem amparo judicial para isso. Agora, por que não o faz? Há impacto financeiro? Não há. Nós já sabemos que não há. Então, é necessário que alguém, de repente, leve essa informação ao Governador. Eu não sei se a Procuradoria-Geral ou a Consultoria-Geral do Governo do Distrito Federal está presente, mas se estiverem presentes, levem essa informação ao Governador. Eu tenho certeza absoluta de que o Governador tendo essa saída legal, tendo essa saída judicial, tendo o amparo de uma decisão judicial, não vai ousar e nem vai querer descumprir uma medida judicial e nem vai querer combatê-la, até porque atende aos interesses públicos.

Meus amigos, o que nós não podemos fazer é criar mais problemas do que os que já temos. Nós temos problemas demais. O governo passado deixou as finanças públicas num desequilíbrio louco. Quer dizer, já temos de resolver o problema financeiro, ainda vamos alimentar um problema que não precisamos ter, Secretário? Se nós temos essa decisão judicial, vamos saber aproveitar. É aquela velha história: Se o cavalo passa na frente, vamos montar. É importante isso. Ou alguém desconhece que o quadro de servidores do Metrô está defasado? Nós



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   11   2015	15h25min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

estamos querendo colocar gente em excesso? Não. Nós estamos querendo colocar as pessoas que se habilitaram e porque é necessário.

Existe, é claro, uma preocupação com os servidores, mas não é a principal, essa é secundária. A preocupação principal é com o interesse público, é com a população do Distrito Federal, que não pode viver sem o transporte público, e o transporte de melhor qualidade é o metroviário. O rodoviário – nós estamos lá na CPI, Deputada – é uma esculhambação, nós já sabemos e é por isso que estamos investigando.

O transporte metroviário precisa ser melhorado, mas nas circunstâncias atuais, é o que melhor atende a população. Aliás, parece-me que temos lá vagões que estão desativados, estão sendo – eles até dão um nome – canibalizados. Estão destruindo alguns, quando temos de fazer o contrário. Essas são informações que, às vezes, vamos recebendo.

Eu quero dizer que, da nossa parte, a grande contribuição que podemos dar ao governo nesse momento é apontar essa solução judicial que aí está. Essa solução não coloca o Governo do Distrito Federal em nenhuma situação ruim, ao contrário, coloca-o numa zona de conforto para poder contratar, imediatamente, as pessoas que se habilitaram a prestar um serviço à população. Se o Governo do Distrito Federal assim desejar, poderá fazê-lo.

Esta Câmara tem feito, como eu disse no início do meu pronunciamento, todo esforço para ajudar o Governo do Distrito Federal. Não é porque é o governo do PSB, socialista, não é porque é o Governador Rodrigo Rollemberg, com quem nutrimos uma relação de amizade há bastante tempo. Não é por nada disso, pessoal! É por uma razão muito simples: Brasília não aguentará mais um péssimo governo. É a população do Distrito Federal. É por isso que nós temos que apoiar o governo e ajudá-lo, inclusive, a tomar as melhores soluções. Ajudar não significa batermos palma para tudo o que é feito, não! É o contrário. É, muitas vezes, criticar. São Tomás de Aquino – quem é católico deve saber disso – já ensinava uma coisa muito interessante: “Prefira os inimigos que o criticam porque o corrigem aos amigos que o elogiam porque esses o corrompem”. Eu sou um Deputado da base aliada. Eu apoio o governo que aí está, mas eu não sou da base alugada, não! Eu não aceito qualquer coisa vinda do Palácio do Buriti porque foi gestada lá, não! O que eu aceito é discutir e, a partir do momento que nós construirmos, conseguir aprovar.

Só para finalizar, Sr. Presidente, pedindo desculpas por ter me excedido no tempo, eu me lembro de que, quando exerci durante três meses a Liderança do Governo, nós procuramos, nesta Casa, construir vários projetos. O projeto vinha do governo, às vezes, com muitas imperfeições e aqui, por iniciativa de todos os 24 Deputados – fossem da Oposição ou da Situação –, sentávamos todos com a nossa Assessoria, construíamos um projeto e entregávamos ao governo a solução. Foi assim que a Câmara Legislativa conseguiu ajudar o governo no primeiro semestre. É



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   11   2015	15h25min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

assim que o nosso Líder, Deputado Julio Cesar, tem tentado construir. Agora, é necessário que o governo entenda. A natureza humana é que ensina, pessoal. Nós temos duas orelhas e uma boca só para ouvir o dobro do que falamos. O governo precisa ouvir as pessoas, refletir e tomar decisões. Nesse caso, eu não vejo maiores dificuldades de o governo assumir uma decisão que é uma determinação, inclusive, de natureza judicial.

Sr. Presidente, muito obrigado a V.Exa. por ter tido a paciência de fazer de conta que não viu que eu excedi o meu tempo. Agradeço a todos vocês. Quero dizer que a Câmara Legislativa é realmente a Casa da população do Distrito Federal, é o palco onde se devem discutir os grandes problemas da nossa cidade.

Contem com o nosso modesto mandato. Se acharem que podemos ajudar, eu me junto, me somo ao Deputado Wellington Luiz, ao Deputado Prof. Reginaldo Veras, à Deputada Celina Leão e a todos os outros Parlamentares, porque o que nós queremos é eficiência no serviço público, e a eficiência se faz com quem tem o comprometimento, e esse comprometimento é demonstrado quando alguém se submete a um concurso público, via de ingresso no serviço público prevista no texto constitucional. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Obrigado, Deputado Raimundo Ribeiro.

Agora, com a palavra para finalizar – e com uma série de perguntas para responder –, o nosso Secretário Alexandre Ribeiro Lopes.

SR. ALEXANDRE RIBEIRO LOPES – Boa tarde a todos. Excelentíssima Sra. Presidente da Câmara Legislativa, Deputada Celina Leão; Exmo. Sr. Deputado Prof. Reginaldo Veras, demais Deputados presentes, Deputado Raimundo Ribeiro, Deputado Wellington Luiz, demais componentes da Mesa, participantes desta comissão, primeiramente eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui para tentar responder aos questionamentos dos concursados do ponto de vista do Governo do Distrito Federal.

Eu quero fazer aqui um *mea-culpa* em nome do Presidente Marcelo Dourado. Quero salientar, inclusive, que ele mandou uma correspondência ao Deputado Prof. Reginaldo Veras explicando que, por causa do envolvimento com a greve, ele não poderia comparecer. Eu tenho a certeza de que, em outra oportunidade, ele estará aqui presente para discutir o tema do Metrô, não apenas os concursados, mas tudo aquilo que for relacionado ao Metrô com vocês e com a população.

A Exma. Sra. Presidente esteve conosco hoje, com o Governador de manhã e tem presenciado o envolvimento de todos os secretários do governo e presidentes de empresas neste momento em que estamos enfrentando algumas greves. Algumas, inclusive, foram encerradas hoje. Há um envolvimento pessoal do próprio governador nisso. Há um esforço muito grande dos secretários e presidentes de empresas para trazer normalidade à cidade. Temos colocado aos próprios



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   11   2015	15h25min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

funcionários do Metrô a responsabilidade que nós temos com a cidade, com os usuários do Metrô. Houve um comprometimento da diretoria hoje em relação a isso. Mas eu não tenho dúvida de que, numa outra oportunidade, o Marcelo Dourado e sua equipe estarão aqui para poder rediscutir isso, enfim, trazer as informações necessárias do ponto de vista do Metrô.

Em relação a alguns pontos que foram colocados, eu queria trazer alguns números e alguns esclarecimentos. O Metrô é uma empresa dependente. Empresa dependente é aquela cuja própria receita não é suficiente para cobrir seus gastos com pessoal. Então, é preciso que o Tesouro do Distrito Federal aporte dinheiro para cobrir os gastos da empresa. As únicas empresas independentes do Distrito Federal são: TERRACAP – Companhia Imobiliária de Brasília, CEASA/DF – Central de Abastecimento do Distrito Federal, CEB – Companhia Energética de Brasília, CAESB – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal e BRB – Banco de Brasília. O gasto de pessoal com essas empresas, por conta disso, não entra para fins de contabilização da Lei de Responsabilidade Fiscal. As demais empresas, como há recurso do Tesouro para pagar a sua folha, são consideradas empresas dependentes e seus gastos são computados para fins da Lei de Responsabilidade Fiscal. Por isso que existe, por exemplo, uma diferença entre o Metrô e essas empresas de que eu falei, as empresas independentes.

Por conta disso, o Metrô é alcançado pelos limites que são impostos a todo o governo do ponto de vista da Lei de Responsabilidade Fiscal. A lei atinge o governo como um todo, independentemente de uma situação específica, como a de uma autarquia – por exemplo, o Detran, cuja fonte de recursos é própria – ou de uma secretaria a ou b. O que os órgãos de controle observam é o conjunto do governo.

Em relação aos cargos comissionados, hoje nós gastamos com cargos comissionados por mês cerca de 35 milhões de reais com todo o Distrito Federal, com todas as empresas dependentes. A folha de pagamento do Distrito Federal, sem a parte que é paga para a segurança pública, é de 1 bilhão e 600 milhões de reais bruto, 1 bilhão de reais líquido/mês. De modo que a exoneração de 100% de todos os cargos em comissão está longe de resolver o problema da Lei de Responsabilidade Fiscal. A gente está falando de um gasto de 35 milhões frente a uma folha de 1 bilhão e 600 milhões de reais bruto, 1 bilhão de reais líquido/mês. Então, atendendo àquela pergunta de por que não se troca o comissionado pelo concursado, é porque o comissionado em si não resolve o problema da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em relação à questão dos comissionados também, nós recebemos o governo com 19 mil cargos em comissão ocupados. Antes de ultrapassarmos o limite total no último quadrimestre, nós estamos com cerca de 15 mil, 15 mil e 500 cargos em comissão ocupados. Desses, 11 mil são servidores de carreira e cerca de 4 mil são servidores sem vínculo no Distrito Federal como um todo. Existem órgãos em que a presença de servidores não concursados, comissionados de livre provimento,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   11   2015	15h25min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

representam menos de 10% dos cargos. Há outros locais, como, por exemplo, as administrações regionais ou, em alguns casos, órgãos em que não há concurso específico – a Cultura, que está com um concurso pronto também – em que o quantitativo de comissionados de livre provimento é maior. Porém, no governo como um todo, mais de 70% de todos os cargos em comissão são ocupados por servidores concursados.

Nós exoneramos 49% de todos os cargos comissionados de livre provimento quando assumimos. Ao contrário de outras mudanças de governo em que eram exonerados 100% dos servidores dos cargos comissionados, nós mantivemos nos cargos todos aqueles que eram servidores de carreira. O decreto de 1º de janeiro exonerou apenas aqueles que eram de livre provimento. Desses, foram nomeados, em seguida, apenas 50% dos que eram ocupados no governo anterior. Então, hoje, nós temos cerca de 15 mil cargos em comissão no Distrito Federal como um todo, sendo que 11 mil são ocupados por servidores de carreira e 4 mil, por servidores sem vínculo. Isso é uma prioridade demonstrada em campanha e colocada na prática pelo Governador na opção pelo servidor público. Mais de 70% de todos os cargos em comissão são ocupados pelas pessoas que são os chefes, que tocam as secretarias, que tocam as empresas. Então, 70% desse quadro são de servidores concursados. O Governador tem o compromisso de fortalecer e buscar trabalhar com o servidor público.

Com relação à situação em que nós estamos vivendo e em relação à questão da nomeação para o ano que vem, o que acontece? A situação, hoje, do Distrito Federal se torna insustentável. Hoje, se nós colocarmos para dentro da conta o Fundo Constitucional, 80% de tudo o que entra de receita no Distrito Federal vai para pagamento de servidor e os 20% que sobram são para as demais despesas. Exemplos: compra de medicamentos, combustível de ambulância, pagamento da luz do Metrô, alimentação de empresa, alimentação de hospitais. Tudo isso é feito com 20% de todas as receitas que entram no Distrito Federal. Isso é ruim? Isso é ruim do ponto de vista do equilíbrio fiscal. Do ponto de vista da remuneração do servidor, o Governador fez questão de não questionar judicialmente nenhuma lei aprovada nesta Casa que concedeu os aumentos que não conseguimos pagar agora. A gente não conseguiu pagar por uma impossibilidade. Havendo dinheiro, a gente paga; não havendo dinheiro, a gente não consegue pagar.

Então, estamos adiando a implementação dos aumentos aprovados para cerca de trinta carreiras por falta de recurso. E, devido a essa falta de recurso, quando você ultrapassa a Lei de Responsabilidade Fiscal, principalmente quando você ultrapassa o limite de 50%, a Constituição e a Lei de Responsabilidade Fiscal impõem medidas muito duras ao administrador. Então, você é obrigado a voltar à regularidade em dois quadrimestres, e já, no primeiro quadrimestre, você é obrigado a fazer um corte de 20% do valor dos gastos com cargos comissionados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   11   2015	15h25min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

Nas últimas semanas, dentro do governo, nós temos observado várias pessoas chorando porque estão perdendo seus empregos, estão perdendo seus cargos em comissão. O momento é muito duro, mas nós não fazemos isso porque o servidor não cumpre o seu papel, não está desempenhando seu trabalho de forma adequada. Nós estamos fazendo isso porque estamos sendo obrigados a fazer isso, por conta da Constituição, que obriga a exoneração, a eliminação de 20% dos gastos com cargos comissionados. Então, dezenas de pessoas estão perdendo seus cargos em comissão e algumas estão perdendo o emprego por conta dessa reestruturação que estamos sendo obrigados a fazer.

A gente está querendo resolver a situação para o ano que vem e parar de ficar, mês a mês, sem saber se vai conseguir ou não pagar os salários. Se não fosse o esforço dessa Câmara ao aprovar a medida que nos permitiu utilizar os recursos do Instituto de Previdência para pagar os aposentados do fundo geral, nós não teríamos condições de pagar o salário dos servidores, o salário básico dos servidores públicos. Então, a gente vai conseguir pagar, no quinto dia útil, nessa sexta-feira, o salário dos servidores públicos exclusivamente por conta dessa medida que foi aprovada nesta Casa, do apoio que a Casa nos deu com relação ao Instituto de Previdência.

E nós estamos enviando – já está em fase final de elaboração, já foram identificados – um projeto de lei, como foi prometido, como foi negociado junto com os nobres Deputados, que vai indicar quais são os imóveis que estamos transferindo do GDF para o IPREV – Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal, que vão proporcionar uma renda que não apenas, em valores, repõe o recurso que está sendo utilizado, como a sua exploração econômica pelo Instituto de Previdência vai gerar uma fonte de recursos extras ao Iprev que vai ajudar a pagar os aposentados do Distrito Federal.

O apoio desta Casa é fundamental para que a gente possa trazer o Distrito Federal de volta ao seu equilíbrio fiscal, possa superar esse momento de crise e possa voltar a trabalhar a questão da gestão de pessoas não do ponto de vista econômico, mas do ponto de vista da necessidade de mão de obra e da necessidade do serviço que você tem que prestar à população. Hoje a gente tem dificuldade de enfrentar essas discussões por conta da falta de recursos e por conta de termos ultrapassado a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O que foi questionado na Justiça não foi apenas a decisão relativa à nomeação dos metroviários. Todas as decisões judiciais referentes à nomeação de concursados estão sendo questionadas pela Procuradoria. Todas, sem exceção. Em função disso, editamos um decreto em que suspendemos a realização de novos concursos. É porque não queremos o servidor público? Não. Queremos o servidor público. Só que estamos, primeiro, impedidos de contratar, por conta da Lei de Responsabilidade Fiscal, e, segundo, temos que trazer – até por uma questão de obrigação legal – o Distrito Federal de volta ao equilíbrio fiscal para, enfim, retomarmos as contratações.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   11   2015	15h25min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

O concurso do Metrô foi feito. Nós vamos nomear vocês. O que a gente tem é que superar esse momento de crise econômico-financeira para fazer a nomeação. Há o interesse do Distrito Federal em contratar os concursados, as pessoas que fizeram o concurso do Metrô. Nós queremos vocês, dentro do Distrito Federal, exercendo suas funções como servidores públicos. Esse é o nosso interesse. Agora, temos um tempo para isso. Estamos negociando com os servidores que já estão trabalhando a questão da implementação dos seus aumentos. Então, assim como vocês estão tendo o sonho de vocês um pouco adiado, os servidores também estão tendo seus sonhos adiados em relação aos aumentos que lhes foram prometidos.

Temos buscado explicar essa situação para os servidores e avançar nas negociações, não apenas para a superação da greve, mas para que possamos atender ao anseio do servidor no sentido do aumento que lhe foi prometido, conseguir efetivamente pagar os aumentos. Esse é o esforço que a gente tem feito.

Quero deixar um agradecimento ao Deputado Roosevelt Vilela, pela fala no sentido de que é importante, sempre, mantermos o diálogo. É por meio do diálogo que a gente avança. Nesse sentido, o Governador também já anunciou que vai montar uma comissão permanente para discussão com os servidores, com os sindicatos, com a nossa Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos assuntos afetos à política de pessoal, às carreiras.

E temos anunciado isso para todos os sindicatos que têm as reuniões de ontem e de hoje com o Governador. Então, o Governador vai criar essa comissão permanente para discutir com os sindicatos, com os Deputados e servidores, a fim de que tenhamos um diálogo permanentemente aberto com o servidor público, sobre todas as questões relacionadas à carreira, à nomenclatura, ao reenquadramento e aos planos de cargos e salários. Tudo isso, deixaremos em aberto.

Quero deixar um agradecimento ao Deputado Agaciel Maia, à Deputada Celina Leão, ao Deputado Prof. Reginaldo Veras e ao Deputado Raimundo Ribeiro, por procurarem trazer informações e buscar contribuir, dar sugestões para que a gente possa superar esse momento e atender ao anseio de vocês, que fizeram o concurso público.

Eu sou concursado, sou servidor público desde 1999. Fiz concurso em 1998 e tomei posse em 1999. Sou do Governo Federal. Sei o que é fazer um concurso, sei como é esperar a nomeação e sei da alegria que é ser servidor público. Entrei no serviço público e não saí, continuo servidor público até hoje porque gosto de ser servidor público.

Cumprimento o Deputado Chico Leite, que chegou e dizer que queremos vocês, sim. Vamos nomear vocês, mas temos que superar esse momento. O ano que vem vai ser um ano difícil também. Se a situação estivesse tranquila, a gente estaria pagando os reajustes desde 1º de janeiro. Não conseguimos. A nossa proposta é pagar a partir de outubro.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   11   2015	15h25min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

Temos outros pontos de pauta também com o sindicato. Então, uma vez superado esse momento, vamos trazer vocês para dentro da Casa. Ainda há muita coisa a ser construída por vocês, dentro do serviço público.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Foi dito aqui, pelo Dr. Estevão Gandi, que a determinação judicial é que haja a substituição dos terceirizados por concursados. Há brecha na Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, por que não fazer? Por que não substituir e convocar os concursados?

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, primeiro quero cumprimentar V.Exa., a Deputada Celina Leão, o Deputado Wellington Luiz, o Deputado Raimundo Ribeiro e todos os colegas que passaram aqui e se solidarizaram com a causa, os representantes da classe, o advogado.

Eu só queria acrescentar, ao cumprimentar o Dr. Alexandre, um dado que me preocupa. Essa não é uma situação que ocorre só com o Metrô. Vamos ter que fazer um debate mais amplo. Temos a compreensão do problema financeiro que vive o Distrito Federal, a par de uma crise econômica nacional que se reflete primeiramente aqui. Nós temos essa compreensão e partimos dela. Mas o que me faz questionar é por que a renovação e a contratação de comissionados em níveis como temos hoje nas paraestatais, no Distrito Federal? A Terracap dá espaço a verdadeiro escândalos! É a situação hoje talvez mais grave no Distrito Federal. Mas o Metrô também dá o mau exemplo, nomeando comissionados, profissionais que são de fora da casa. Não tem recursos para contratar os concursados, mas tem para contratar os comissionados. E vai além. Não tem recursos para contratar os concursados, mas renova a contratação de terceirizados. Sabemos que essas empresas terceirizadas, a rigor, para cada um dos trabalhadores – nada contra esses trabalhadores, que, evidentemente, também precisam ter garantidos os seus direitos –, o Estado paga três vezes mais o que ele ganha. Acaba ocorrendo uma maquiagem salarial, em detrimento dos cofres públicos.

Então, eu queria perguntar a V.Exa. se era possível que nós nos comprometêssemos aqui a substituir esses comissionados por concursados, dando profissionalidade ao Estado, e rever esses contratos de terceirizados, para que pudéssemos também abrir vagas aos concursados, a fim de profissionalizar o serviço público. A minha avaliação é de que isso deveria acontecer com toda a administração do Distrito Federal, com todas as paraestatais. Quero dizer que há situações mais graves do que a do Metrô, como a da Terracap. Estamos discutindo o Metrô aqui, e podíamos assumir pelo menos esse compromisso.

SR. ALEXANDRE RIBEIRO LOPES – Bom, tenho conhecimento específico dos servidores da administração direta, como órgão central de gestão de pessoas. Em relação às empresas, o Metrô pode explicar um pouco melhor, mas eu antecipo algumas coisas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   11   2015	15h25min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

Como a empresa é dependente, como eu falei, os gastos de pessoal do Metrô se somam a todos os gastos de pessoal do Distrito Federal, para fins de contabilização da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os gastos com cargos comissionados no governo são 35 milhões de reais/mês. A folha de pagamento é um bilhão e seiscentos milhões, brutos. Um bilhão, líquido, tirando a segurança pública. O que acontece? Se eu exonerasse os cargos em comissão e trouxesse a regularidade fiscal, saísse da Lei de Responsabilidade Fiscal, eu poderia imediatamente contratar concursados. A questão é que a exoneração dos cargos em comissão, por si só, não é suficiente para trazer o Distrito Federal à regularidade fiscal. Então, a exoneração do servidor público concursado não nos traz para os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal e, dessa forma, não podemos fazer a contratação de servidores concursados, porque qualquer medida que implique aumento de despesa, seja contratação, aumento de salários ou benefícios relacionados à folha de pagamento... você não pode sequer encaminhar propostas de medidas que levem a esse aumento.

Em relação à substituição até de temporários por servidores concursados, por exemplo, está em curso – nós não suspendemos; ele permanece em curso – o concurso por socioeducativo, em que você tem contratos que são servidores temporários e a gente quer fazer a migração para os servidores concursados. O concurso está caminhando, e a gente só vai poder nomear também após sairmos da questão da Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas encaminhamos o concurso nesse sentido. Regularizamos a parte do detalhamento das competências da carreira, das atribuições dos cargos, e soltamos o concurso do Socioeducativo.

Em relação também a essa questão dos temporários, nós temos esse problema na Saúde e na Educação. A gente sabe que um mínimo de professores temporários é necessário para substituir aquele professor durante uma semana, durante um dia, durante dez dias, mas não para substituir o professor durante todo o ano letivo. Hoje, a gente ainda não consegue fazer isso. De qualquer forma, a Lei de Responsabilidade Fiscal excepcionaliza a Segurança Pública, a Saúde e a Educação.

Para a educação, nós autorizamos cerca de cinco mil professores temporários no início do ano letivo para garantir as aulas, permitimos a contratação de alguns professores para a substituição dos temporários. Nesse caso, é importante dizer, o Secretário Júlio, nos seus atos de nomeação, indica o professor temporário que está sendo desligado para ser substituído no processo, isso não sai no Diário Oficial, mas, no processo, ele faz a indicação. Ou seja, ele não está simplesmente aumentando a força de trabalho, ele está efetivamente substituindo professor temporário por definitivo. Ele nomina esse professor temporário que está sendo desligado. Vamos ter que pagar por isso, e não temos esses recursos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   11   2015	15h25min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

Temos feito também uma reposição dos quadros da Saúde. A Saúde, nas nossas contas, deve perder, este ano, 1400 profissionais, médicos, enfermeiros. E nós já autorizamos a contratação de mais de setecentos profissionais, mas nós não temos capacidade de contratar 100%. Há uma necessidade também de contratação na Saúde de médicos, e não temos conseguido autorizar.

O mesmo na Segurança Pública, em que temos os aprovados na Polícia Civil. Há uma necessidade da Polícia Civil da sua contratação. O Deputado Wellington Luiz esteve conosco também, como servidor da área de Segurança, bem como outros Deputados com relação à Polícia Civil. Há o nosso interesse em nomear os demais aprovados no concurso da Polícia Civil, mas também não temos as condições financeiras de aprovar todos neste momento, porque toda nomeação que fizemos agora vai ser contabilizada para fins da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Alguns casos de terceirizados não são computados para fins da Lei. Se o terceirizado não está exercendo a função do servidor público, ele não conta para fins da Lei de Responsabilidade Fiscal, ainda que possamos abrir um debate em relação a ter ou não ter o terceirizado como alternativa complementar de força de trabalho.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede Sustentabilidade. Sem revisão do orador.) – Especificamente quanto ao Metrô, nós poderíamos fazer esse movimento de substituir esses que lá estão comissionados pelos efetivos, concursados, além dos terceirizados?

SR. ALEXANDRE RIBEIRO LOPES – Não pode, não é possível em relação ao Metrô, porque o Metrô não é uma empresa independente, o Metrô é uma empresa dependente. É como se eu estivesse fazendo a mesma situação, por exemplo, na Cultura, que também tem aprovados. Eu não posso, neste momento, substituir, fazer nomeações de concursados na área da Cultura, não posso fazer nomeações na área do Procon, não posso fazer nomeações no Metrô, porque o Metrô é uma empresa dependente: a sua força de trabalho, o seu custo de pessoal compõe a contabilização de gastos com pessoal para fins da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ele não é contabilizado à parte. Eu posso fazer isso na Terracap, no BRB, na CEB, na Caesb, na Ceasa, que são empresas independentes, mas, em relação ao Metrô, não pode, assim como eu não posso para a Cultura, para o Procon. Para o próprio Socioeducativo, eu posso fazer o concurso, mas eu também não posso nomear. As únicas exceções são Saúde, Educação e Segurança e as medidas judiciais, exatamente porque temos que fazer uma adequação dos gastos.

(Manifestação fora do microfone.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   11   2015	15h25min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

SR. ALEXANDRE RIBEIRO LOPES – Sim. Exatamente porque temos explicado ao Judiciário os problemas da Lei de Responsabilidade Fiscal, nós temos ganhado ações judiciais que nos mandam nomear.

(Manifestação fora do microfone.)

SR. ALEXANDRE RIBEIRO LOPES – Depende do terceirizado. Não sei o caso específico. Normalmente, se estiver exercendo a função de servidor público, sim. Você não pode nomear, Deputado. Você só pode nomear uma pessoa que seja se você sair do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal ou, no caso de Educação, Saúde e Segurança, para repor o quadro que saiu. Nem aumentar o quadro da Saúde e da Segurança a gente pode.

DEPUTADO CHICO LEITE – Pois é, a minha dúvida é: com relação a esse pequeno conjunto com que estamos trabalhando, o Metrô, não seria possível substituir os terceirizados e os comissionados pelo efetivo concursado que está esperando ser chamado?

SR. ALEXANDRE RIBEIRO LOPES – Não é possível, neste momento, nomear servidor concursado. Não é possível! Em hipótese alguma, no Metrô, você pode nomear servidor concursado enquanto estiver ultrapassando o limite da LRF e enquanto não houver uma decisão judicial favorável a isso.

DEPUTADO CHICO LEITE – E os comissionados e terceirizados?

SR. ALEXANDRE RIBEIRO LOPES – Eles entram na mesma conta do GDF como um todo. Eles não são contabilizados à parte, eles são contabilizados no conjunto do Distrito Federal, e no conjunto do Distrito Federal...

DEPUTADO CHICO LEITE – E se demitirmos os terceirizados e os comissionados, não poderíamos ocupar o espaço com os efetivos concursados?

SR. ALEXANDRE RIBEIRO LOPES – Não podemos fazer nomeação de efetivos.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Sr. Alexandre, o último questionamento, até para entendermos – talvez essa minha pergunta sane muitas dúvidas aqui –, é que temos uma decisão judicial que manda contratar. Para efeito de decisão judicial, cumpra-se, independentemente de Lei de Responsabilidade Fiscal, caso o Estado queira. Vou deixar esse pedido, o qual também levarei para o Sr. Marcelo: que o Estado pare de recorrer desta decisão judicial e a cumpra, substituindo o terceirizado pelo concursado, porque, neste caso, há uma brecha. (Palmas.)

Por favor, corrija-me se eu estiver errado.

SR. ALEXANDRE RIBEIRO LOPES – O Ministério Público tem nos questionado e temos sido procurados mensalmente por ele. Desde que ultrapassamos o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, com o relatório publicado no final de janeiro, o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   11   2015	15h25min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

Ministério Público nos pergunta mês a mês qual o gasto que temos com pessoal comissionado. “O que você diminuiu de cargos comissionados em relação ao semestre anterior? Houve algum aumento?”. Ou seja, mensalmente ele está nos observando para que não aumentemos a quantidade de servidores comissionados, e temos reduzido esse número desde que assumimos o governo.

Além disso, o Ministério Público já oficiou o Secretário de Fazenda recentemente, mandando o Secretário republicar o relatório do último quadrimestre em que ultrapassamos o limite total, que foi 50,8, obrigando que, nessa republicação, ele já coloque ali quais são as medidas que estão sendo adotadas pelo Distrito Federal para reduzir o gasto com pessoal. Então, o Ministério Público está em cima de nós no sentido de nos cobrar o que estamos fazendo para reduzir os gastos com pessoal, para poder voltar à normalidade do ponto de vista da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quem pode falar sobre isso com mais propriedade é a Procuradoria do Distrito Federal, a respeito da Lei Orgânica da própria Procuradoria, se se pode ou não se pode abrir mão dessa defesa. A Dra. Paola Aires pode vir aqui e explicar melhor. Mas quais são as medidas que temos de realizar para fazer isso? Deixar de agir no sentido de redução de despesa e trazer para a Lei de Responsabilidade Fiscal vai implicar na criminalização dos próprios gestores que estão hoje à frente das pastas. Se deixarmos de agir, e isso gerar um aumento de gastos com pessoal, poderemos posteriormente ser procurados pelos colegas do Ministério Público no sentido de que não fomos prudentes e não fizemos tudo o que era preciso para trazer a regularidade fiscal.

Então, temos de andar com muito cuidado, sempre conversando com o Ministério Público e com o Tribunal de Contas, que nos passa orientações sobre como proceder nesses períodos de exceção. Temos procurado caminhar com muito cuidado para fazer a coisa da maneira correta. Esta é a nossa preocupação. Temos de trazer volta? Temos. Estamos em um período excepcional? Estamos. Agora, como podemos trazer a normalidade fazendo da forma correta sem gerar prejuízo ao Distrito Federal, sem gerar ilegalidades, procurando trabalhar estritamente dentro da legalidade?

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Vou fazer um encaminhamento final. Vou conceder a palavra à Sra. Tânia Aparecida Viana e à Sra. Viviane para que façam a pergunta ao Sr. Alexandre, para que possamos encerrar, pelo tardar da hora.

SRA. TÂNIA APARECIDA VIANA – Eu gostaria de pedir esclarecimentos ao Governo do Distrito Federal. Nós temos, desde 2004, um Termo de Ajustamento de Conduta assinado pela Companhia do Metropolitano, junto ao Ministério Público do Trabalho, no qual é proibido terceirização de atividade meio e fim dentro do metrô.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   11   2015	15h25min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

Mesmo assim eles insistem nesse processo de terceirização da vigilância. E essa vigilância é em substituição a concursados.

Outra coisa, o senhor está aí falando há muito tempo de economicidade, de transparência, de esforço do governo. Eu queria que o senhor me explicasse então por que se contrata uma passista de escola de samba, formada em Educação Física, para trabalhar na auditoria do metrô?

Então, assim, tem algumas coisas que estão acontecendo que são, o senhor me desculpe o palavreado, mas é descarado o que esse governo está fazendo em termo de cargos em comissão. No metrô está se contratando empregos em comissão. Quer dizer, nem é publicado no Diário Oficial, o povo nem fica sabendo. O salário dos comissionados no metrô saiu de 6 mil em fevereiro para 14 mil agora. E aí você vem aqui fazendo esse discurso de economicidade, dizendo que isso não resolve. Isso pode não resolver, mas com certeza ajudaria.

Nós temos alguns contratos no metrô que sabemos muito bem o que acontece lá dentro. Um deles é esse da Servi; outro contrato é o da manutenção. Que se fala, se fala, se fala, se fala que vai trocar, mas o Ministério Público está aí, investigou São Paulo, viu que tem desvios de verba nesses contratos, mas aqui no metrô ele permanece insistentemente. Isso são anos. É uma pouca vergonha o metrô, depois de ter passado pela Alstom, e ficou até o aditivo não sei quanto lá, o Ministério Público foi em cima... E agora ele faz a mesma coisa com a Siemens, inclusive, trocando empresas e deixando uma empresa de construção civil tomando conta de um sistema como é o sistema metroviário.

Isso é escandaloso! Isso faz trem pegar fogo com pessoas dentro! Isso faz trens pararem em horário de pico! Cinco horas da tarde, um sol queimando, as pessoas sem ventilação se desesperando. Isso é vergonhoso!

Eu quero saber se o governo está a fim de assumir responsabilidade com o metrô, está a fim de privatizar? Qual é a postura do governo com relação ao metrô? Nós já estamos aqui na 5ª, 6ª, 7ª audiência pública e nada surte efeito. Entra gestão e sai gestão e a postura é exatamente a mesma. Ou seja, em prol do metrô, em prol da população do Distrito Federal em termos de transporte público, não é feito nada, mas todo mundo que sai de lá sai com casa na beira do lago, e com muita coisa nos cofres secundários que, infelizmente, não tenho como provar. O dia que eu tiver como provar, ponho todo mundo na cadeia.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra à Sra. Viviane de Paiva Aguiar para fazer a sua pergunta.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a permissão de V.Exa. para mais uma trabalhadora fazer uso da palavra, além da Viviane.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Aqui é V.Exa. quem manda.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   11   2015	15h25min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

SRA. VIVIANE DE PAIVA AGUIAR – Sr. Secretário, eu gostaria de entender. O metrô é um local de trabalho, uma empresa muito específica, e as atribuições no metrô são de uma especificidade muito limitada. Temos funcionários que tinham funções no metrô há quinze, vinte anos, que desempenhavam os seus papéis, conheciam e conhecem o sistema metroviário, e os empregos em comissões desses funcionários ficam em torno de 80%, mas todos eles estão sendo substituídos por comissionados de fora que não conhecem o sistema, que não conhecem o trabalho metroviário. Eles estão tendo de aprender com empregados que já estão lá há muito tempo a desempenhar essa função. E a comissão deles constam 100%.

Outra coisa, é facultado pela Lei Orgânica do Distrito Federal que 50% dos cargos comissionados têm de ser da casa e 50% de fora. No metrô não se respeita isso nesse governo, mas foi respeitado em todos os governos que passaram por lá, dessa vez não está sendo respeitado. Do início do ano para cá, isso está no portal da transparência, todos podem verificar, tivemos um aumento. E continua chegando gente no metrô todos os dias. Não está sendo reduzido, só estão tirando a função dos concursados para albergar o pessoal de fora.

Incrivelmente, metroviário não pode receber aumento, não se pode contratar nenhum concursado, aumentam-se os contratos de terceirizados e todos os comissionados que lá chegaram, desde janeiro, tiveram, em média, um aumento salarial nas suas comissões de 30 a 300%. Como isso é possível se estão tentando reduzir e fazer o equilíbrio fiscal? (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Eu gostaria que você dissesse seu nome para que o pessoal da Taquigrafia pudesse registrar e, em seguida, faça a sua pergunta.

SRA. SIRLAN LIMA – Meu nome é Sirlan Lima.

É uma questão muito rápida com relação ao interesse do administrador da empresa, do presidente da empresa, como é o caso do metrô. Eu cito como exemplo o caso da Caesb. Houve uma investigação por parte dos próprios concursados que o presidente da Caesb é um dos três sócios de uma empresa de terceirização. Entendeu? Por esse motivo, acho que existe interesse particular em manter os terceirizados em detrimento à contratação dos concursados, mesmo que por ordem judicial.

Então, acho que esta Casa, pelo poder que tem, deveria abrir uma investigação com relação a isso. Isso que estou citando é, no caso, da Caesb. Por esses cargos serem nomeados, tenho certeza de que existem outros administradores, outros presidentes também dessas empresas do GDF que podem ter empresas terceirizadas e, por interesse financeiro, particulares, estarem obscurecendo a contratação dos concursados. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Sirlan, nesse caso, especificamente, como caracteriza uma espécie de denúncia, acho que o Alexandre



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   11   2015	15h25min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

nem vai ter conhecimento. Eu oriento que, se você tiver algo mais robusto, algo mais concreto, apresente-nos na Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, da qual o Deputado Chico Leite é membro e agora, com a saída do Deputado Joe Valle, eu, que era suplente, acabei me tornando membro também. Então, se você tiver algo robusto, seria interessante apresentar para o Deputado Chico Leite. S.Exa. terá o maior prazer em investigar essa questão.

Agora, tem que ter algo concreto. Porque, por exemplo, diariamente nos chegam aqui um milhão de denúncias, só que a gente, para agir, precisa de algo concreto. Tudo bem? Está aí o Deputado Chico Leite a sua disposição. Acho que vale a pena levar a ele.

Deputado Chico Leite, você tem mais alguma pergunta?

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma observação ao Dr. Alexandre, com muita franqueza e com a responsabilidade com que eu exerço o mandato. Dr. Alexandre, V.Exa. também é servidor de carreira. Eu sempre acho que servidor de carreira desempenha melhor as suas funções porque, depois que passar pelo cargo, ainda responde por tudo o que fez.

O que eu não consigo compreender ao certo é que o metrô seja dependente do GDF, mas o GDF não tenha controle sobre esses atos. Isso que me impressiona, quer dizer, não tenha controle sobre esses comissionados, sobre esses contratos. Se a empresa é dependente... Isso se parece com aquela história do filho que sai de casa e o pai continua pagando aluguel, o combustível.

Então, peço a V.Exa. que procure uma forma de intervir mais efetivamente, porque não dá para o GDF só responder que a empresa é dependente e por isso entra nos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas, ao mesmo tempo, a empresa continua contratando comissionados, renovando os contratos de terceirizados.

Fica aqui o meu pedido de compromisso a V.Exa. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Passo a palavra ao Sr. Alexandre Ribeiro Lopes.

SR. ALEXANDRE RIBEIRO LOPES – Existe a governança de pessoal e existe a governança de empresas. A governança de empresas é coordenada pela Secretaria de Estado de Fazenda. Há, sim, um trabalho de coordenação, inclusive, com o cumprimento de metas que também é feito pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão em relação ao metrô. Então, vou falar do meu caso. Eu tenho os dados da administração direta, não tenho os dados da administração indireta. Não é que não haja isso no governo, eu sou limitado àquelas informações as quais eu tenho acesso, mas existem outras pessoas no governo que poderiam trazer mais essa informação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   11   2015	15h25min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

Desculpem, eu acho que passei a informação de que o governo não tenha esse controle, mas existe esse controle. É que ele não era feito necessariamente por mim, nesse sentido. Mas existem outros instrumentos de controle das empresas, sejam dependentes ou independentes. E aí exatamente por isso, por eu não ter essas informações, é importante vocês trazerem. E eu digo que, por conta da greve, acho que não foi possível o Marcelo estar aqui presente, mas eu reforço que é importante marcar uma nova data para que ele venha aqui trazer esses esclarecimentos não só a respeito dos concursados, mas de qualquer dúvida dos Deputados, questionamentos que estão sendo feitos em relação à política de pessoal, etc. É do Metrô, para que o Metrô possa vir aqui e trazer esses esclarecimentos, e vai além da própria nomeação, de quando nomearam os concursados, mas exatamente para responder a essas perguntas do porquê daquele percentual. Eu não tenho essas informações, eu não tenho como dar essa resposta. Eu sei da administração direta.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, poderíamos V.Exa. e eu, em nome da Comissão Especial de Governança, Transparência e Controle Social, propor ao Presidente Deputado Rodrigo Delmasso – que com certeza irá admitir, porque já admitiu vários pedidos meus de investigação, assim como o ex-Presidente Deputado Joe Valle – pedidos de oitiva. Vamos convidar, ou seja, em forma de convite, a uma sessão da Comissão de Transparência o Dr. Marcelo Dourado para estar presente e responder a esses questionamentos.

Vamos fazer esse compromisso aqui? Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Isso.

Antes de qualquer coisa, quero agradecer ao Alexandre. O Secretário Alexandre não se furta jamais a vir à Câmara Legislativa dar as explicações. Nem sempre é aquilo que a gente quer ouvir, mas é o que ele sempre traz e eu agradeço demais a sua presença aqui. Infelizmente, vemos que ele nem tem a função de responder às perguntas que iríamos dirigir ao Presidente Marcelo Dourado. Mas não vai morrer aqui não.

Então, o que já decidimos de encaminhamento? Primeiro, vamos encaminhar, sim, uma carta de repúdio à Presidência do Metrô, na pessoa do Presidente Marcelo Dourado, pelo fato de não ter vindo e não ter mandado ninguém para representá-lo, porque o Metrô deve ter lá uma espécie de adjunto, um conselheiro administrativo que teria como nos dar essas respostas. Pois é. Será que estão em greve também?

Faremos ainda um requerimento de informações sobre todos esses questionamentos que foram levantados. Esse requerimento só se o Marcelo vier aqui.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   11   2015	15h25min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

E já estava definido por mim e pela Presidente Deputada Celina Leão de convidar o Marcelo a vir agora. Faremos isso via Comissão Especial de Governança, Transparência e Controle Social. E vou avisar que, se na próxima ele não vier, aí terei que convocá-lo. Algo que é muito ruim dentro do Poder Legislativo, ter que convocar, obrigar uma autoridade a vir aqui. Até porque, como foi dito aqui, essa é a função do agente público, vir aqui e prestar esclarecimentos.

Agradecendo a presença de todos da Mesa, de todos vocês, espero que tenhamos contribuído de alguma maneira. Isso não morre aqui, pois vai ter esse encaminhamento para o Marcelo.

Você quer falar? Está tão angustiado. Pode falar rapidinho.

SR. LUIZ EDUARDO PUCCINELLI – O meu nome é Luiz Eduardo. Quero agradecer.

Parece que talvez seja proposital, ou não, porque me pareceu isso. O senhor Alexandre, com todo respeito a sua pessoa, vem tratar sobre assuntos da administração direta, e lá é indireta. Então ele não sabe resolver. Então, eu queria sugerir para que, quando vier a ser feita a solicitação para que o Marcelo Dourado compareça, que venha um representante que trate especificamente com relação à administração indireta para que o senhor possa trazer esse posicionamento de ele fiscalizar a ação do Marcelo Dourado, pois ele vai falar – ele tem uma lábia tremenda – a justificativa dele. Mas eu quero que venha um representante da administração indireta que faça essa fiscalização com relação aos atos do Marcelo Dourado, porque é notória a agressão financeira que o DF vem tomando com relação a essa questão da renovação dos terceirizados.

Então, era só esse o posicionamento que eu queria trazer para vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – O seu pedido já está aceito e vamos também fazer um convite para que junto com o Marcelo venha essa autoridade.

Agradecendo a presença de todos, declaro encerrada esta comissão geral, bem como a sessão ordinária que deu origem a ela.

Sigam todos em paz.

(Levanta-se a comissão geral às 18h34min.)